

Prefeito de Brumado determina invasão de área particular para construção de Avenida

FOTO: DIVULGAÇÃO/FADESB



PÁGS. 12 a 14

Câmara Municipal de Tremedal rejeita empréstimo para financiar projetos de infraestrutura no município

PÁG. 03

Ibama embarga 3.380 hectares de Caatinga desmatados ilegalmente sem sete municípios da Bacia do São Francisco

PÁG. 17

“Leis existem porque nós não temos empatia e respeito pelo outro”, reflete a Especialista em Educação Inclusiva Daiane Ribeiro Teles Hoffmann

PÁGS. 18 a 22

A inclusão de crianças com síndrome de down é possível, por isso, o diagnóstico e intervenção precoces são fundamentais, diz neuropediatra

PÁG. 30 a 33

A SENHA DOS CORRUPOTOS

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

Torturadores abomináveis, maus militares, golpistas contumazes inábeis e um séquito de alienados que vez por outro exteriorizam suas incapacidades de conviver com o Estado democrático de Direito e continuam alucinadamente “caçando comunistas” – antes os que “comiam criancinhas, hoje os que promovem o caos econômico e a desagregação social – são alguns dos desditosos legados da Ditadura Militar que vigeu entre 1964 e 1985, a herança destes novos tempos de liberdades democráticas, certamente, será o cinismo dos delinquentes que conquistam o poder (e, ressalte-se, legitimamente, com a cumplicidade da maioria da população), que conceberam uma senha para que não restem mais dúvidas de que cumpriram seus objetivos e conseguiram fraudar e apossar, junto com súcia que os acompanha, da coisa pública.

Esses, desde que o país se livrou do regime que abrigava canalhas como Carlos Alberto Ustra, passaram a usar, desavergonhadamente a frase que se tornou uma senha: “eu não sabia”. Sempre que essa frase for ouvida, restará evidente que o Brasil está sendo saqueado por um farsante que jurou lealdade à Lei e ao povo brasileiro.

Foi assim, em 2005, quando uma gravação anônima feita com objetivo de criminalizar um então ex-aliado, revelou ao país um formidável esquema de compra de apoio parlamentar pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve início em 2002. Diante das revelações bombásticas do ex-deputado federal e ex-aliado Roberto Jefferson, acuado pelas denúncias e disposto a não cair sozinho deu ao Jornal Folha de S. Paulo, apontando os mecanismos e as digitais e CPFs dos trapaceiros, evidentemente todos fiéis escudeiros do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, com a certeza de que a ormetà - voto de silêncio que impedia os mafiosos de cooperar com autoridades policiais ou judiciárias – valeria para seus “valerosos companheiros” de traficâncias, chorando, em uma mensagem à Nação, cercado por operadores do esquema criminosos, disse se sentir traído e que “não sabia de nada”.

Quando suas digitais foram flagradas no esquema criminoso que importou de Brasília para Minas Gerais, o então governador Eduardo Azeredo (PSDB), não se constrangeu em também chorar para afirmar, incisivamente, “Eu não sabia!”.

Essa frase resumiu o discurso de parlamentares, governadores e prefeitos que foram flagrados ou tiveram suas digitais reveladas nos recorrentes escândalos de corrupção que já se tornaram banais aos olhos da sociedade, que tem demonstrado uma desídia que alimenta os canalhas, nos últimos dezoito anos.

Agora, mais uma vez, é usada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), o mau militar, segundo relato do ex-general presidente Ernesto Geisel, que como nos contos de fada, do monstro que exaltava criminosos de porções de tortura e ataques recorrentes a mulheres, que segundo revelara, deveriam ganhar menos porque engravidam, ou, que depois de três filhos homens (sic) teria dado lima fraquejada e veio mulher, tornou-se a fada para políticos, pastores e empresários comprometidos com projetos pessoais espúrios e que arrastaram um formidável exército de fanáticos para uma seita digna do kafkianismo.

E em duas situações nas quais suas digitais estão muito evidentes, o ex-presidente valeu-se, tem se valido, da senha dos corruptos: “Eu não sabia!”.

A primeira, quando foi revelador que estaria retido na Alfândega do Aeroporto de Guarulhos, joias avaliadas em mais de 16,6 milhões de reais, que segundo um dos homens de confiança do então presidente, ministro de Estado de Minas e Energia, Almirante de Esquadra, da ativa, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, teriam sido enviadas pelo Governo dos Emirados Árabes, por coincidência, sede do Grupo Mubadala Capital, que adquiriu, segundo especialistas do Mercado Financeiro, com um deságio 50%, a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Nesse mesmo episódio, a também ex-primeira-dama, antes de ser revelado que outro pacote com joias graciosamente enviadas pelo Governo dos Emirados Árabes fora entregues em suas mãos, usou a famosa frase: “Eu não sabia de nada!”. A ex-primeira-dama foi ainda mais intrépida, questionando, em publicação nas redes sociais: “O que é que eu tenho com isso!”.

Agora, ainda sem que uma explicação plausível para os “presentes” terem sido enviados e, principalmente, pelos esforços pessoais e recursos públicos envolvidos para tentar resgatar as joias, que seriam destinadas a “Dona Michele” do cofre da Receita Federal, onde estava apreendida, Bolsonaro se vê, novamente, no olho do furacão e, para não desapontar seus iguais, disse chorando à CNN Brasil que “não sabia!”

Flagrado por investigações da Controladoria Geral da União e pela Polícia Federal na falsificação de Caderneta de Vacinação contra Covid-19, que não só disse não ter tomado, como incentivou milhares de pessoas a não se imunizar, certamente contribuindo para que milhares de pessoas engrossassem as estatísticas de mortos pela doença, Jair Bolsonaro vale-se da ormetà, chora e diz que não sabia. O mesmo enredo de 2005, a diferença é que agora, fora do poder, não pode usar a estrutura pública para se pronunciar, mas um canal de TV paga.

Assim como fez Luiz Inácio Lula da Silva, 2005, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), nos dois episódios que remetem para suspeitas de corrupção e que podem ter sido responsáveis, um por lesar os cofres públicos, outro por incentivar um genocídio, deve manter a versão de que desconhecia.

A criminalidade oficial, avalizada por decisões que remetem para a cumplicidade de um magistrado que descarrega duas frustrações nas sentenças favoráveis a criminosos; por Pareceres da Procuradoria Geral da República – órgão máximo do Ministério Público Federal - que seguramente envergonham os advogados de defesa dos réus pelos atalhos que remetem os culpados para o olimpo dos justos, e decisões de magistrados de Tribunais Superiores que afrontam não apenas os diplomas legais nos quais deveriam se basear, mas principalmente a inteligência dos brasileiros e das brasileiras de bem e minimamente inteligentes, resumida na frase “Eu não sabia!”, reforça a certeza de que não estamos preocupados com o legado que deixaremos para as futuras gerações, que serão afetadas, não há dúvida, por nossas atitudes hoje, como em nenhum outro momento da história.

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
 Antônio Novais Torres
 Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
 (77) 99838-6283
 editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
 (77) 98816-6680
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Secretaria de Redação

Leticia Ariadne Carvalho Rocha Gomes - (77) 98838-5325
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Êmilly Vitória Santos Teixeira - (73) 98157-5097

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
 Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
 esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
 lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
 (77) 99857-7493
 socialmedia@jornaldosudoeste.com

Fotografia/Edição de Imagens

Evandro Maciel Miranda Miguel
 (77) 99805-3982
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

Vinicius Caires Martins Silva

(77) 99827-6604
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro

Maria Augusta dos Santos e Silva
 (77) 99838-6265
 augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
 (77) 3441-7081
 (77) 99804-5635
 secretaria@jornaldosudoeste.com

Departamento Comercial

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Endereço

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redação Telefone

(77) 3441-7081
 (77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
 (77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsApp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

POLÍTICA – GESTÃO PÚBLICA

Câmara Municipal de Tremedal rejeita empréstimo para financiar projetos de infraestrutura no município

Prefeitura propôs empréstimo para financiar a construção de uma Usina de Geração de Energia Solar Fotovoltaica e a pavimentação asfáltica de vias públicas e recuperação de estradas vicinais no município

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Por seis votos a favor, quatro contra e uma abstenção, a Câmara Municipal de Tremedal rejeitou, na Sessão Ordinária do último dia 13 de abril, a proposta do prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos) de contrair um empréstimo junto a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, no valor de 3,7 milhões de reais para construção de uma Usina de Geração de Energia Solar e projetos de mobilidade urbana (pavimentação asfáltica de vias públicas e recuperação de estradas vicinais).

De acordo com o projeto, rejeitado pelo Legislativo Municipal, R\$ 1,7 milhão seria empregado na construção da Usina de Geração de Energia Fotovoltaica. O restante, R\$ 2 milhões, seriam empregados nos projetos de Mobilidade Urbana, que previam a pavimentação asfáltica de Avenidas e Ruas da cidade e a requalificação de estradas vicinais.

Uma das propostas do Governo Municipal era construir uma Usina de Energia Solar fotovoltaica, que produz energia a partir da luz solar. O projeto integra as iniciativas do Governo José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos) de melhoramento e ampliação da iluminação pública e de redução das despesas com energia elétrica de prédios públicos. A outra, era investir na mobilidade urbana, asfaltando diversas Avenidas e Ruas da cidade.

Para o aval à proposta do Poder Executivo eram necessários sete votos. Portanto, os planos do prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos) não saíram do papel por um voto.

A bancada oposicionista, composta pelos vereadores Antônio – de Ursino – Ferreira da Silva (PSD), Ester Maciel Pena (PCdoB), Fábio - Fabinho - Gonçalves de Souza (PSD) e Gileno Nunes Ferraz (PSD), seguiu a orientação do líder [vereador Fábio - Fabinho - Gonçalves de Souza (PSD)], que argumentou haver vícios na proposta, que serviria apenas para ser usada politicamente pelo gestor.

O prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos) reagiu com indisfarçável indignação à rejeição da proposta, que segundo afirmou ao JS, que a oposição, por ainda não ter assimilado o resultado das urnas de 2020 e, principalmente, os avanços que têm sido registrados, em todas as áreas, pela Administração Municipal, “quis passar um recado” ao prefeito com a rejeição do Projeto. “Queria deixar bem claro para os adversários, não do prefeito, mas do povo de Tremedal, que conseguiram dar o recado à população, que deixa de ser atendida com importantes obras”, pontuou.

FOTO: BLOG DO ANDERSON



Indignado com a rejeição ao aval para contratar empréstimo de R\$ 3,7 milhões, prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (podemos) diz que vai reapresentar Projeto à Câmara Municipal e buscar alternativas para viabilizar os investimentos para executar obras de infraestrutura no município.

Segundo o prefeito, os vereadores oposicionistas deveriam se preocupar com suas consciências e, se identificaram, como justificaram o voto contrário ao aval para a Prefeitura formalizar o empréstimo, algum ponto que precisaria ser melhor detalhado, deveriam ter buscado o diálogo, “que de nossa parte nunca deixou de existir. Sempre estive aberto para conversar e buscar a melhor alternativa para o povo de Tremedal”, reforçou o gestor.

O prefeito foi incisivo ao lamentar que a campanha eleitoral para sucessão municipal, que deverá ocorrer em outubro do próximo ano, já começou. Cobrou bom senso da oposição para entender que os interesses da população não podem ser deixados de lado apenas para impedir que o Executivo Municipal cumpra suas atribuições e seja eficiente.

E concluiu afirmando que pretende reapresentar o projeto para deliberação do legislativo Municipal e que vai se empenhar para buscar alternativas para viabilizar os recursos, apontando que as obras propostas são de interesse da população.

Assistência Técnica Especializada na Área Contábil para Prefeituras, Câmaras e Autarquias.
Rua Oscar Silva, 15 - Candeias - Vitória da Conquista - BA
Fone: (77) 3422-9161
kmcontabilidade.assessoria@gmail.com / www.kmcontabilidadepublica.com.br

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Câmara Municipal de Jussiapé instaura CPI para apurar suposta interferência de primeira-dama na gestão municipal

Além de “possíveis coações, pressões e ameaças” contra servidores municipais, Hilda Rejane Ribeiro, estaria supostamente “exercendo funções de mandatária do município sem qualquer legitimidade. Investigações certamente deverão respingar no prefeito Eder Jakes Souza Aguiar (PSD), que poderá responder por Improbidade Administrativa

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A Câmara Municipal de Jussiapé instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar uma suposta interferência política da primeira-dama do município, Hilda Rejane Ribeiro, que embora não seja nomeada como servidora pública muni-

cipal ou ocupante de cargo comissionado – o que, em tese, é proibido – estaria se movimentando na Administração Municipal como a prefeita de fato. As investigações, que deverão ser iniciadas nos próximos dias, deverão respingar no prefeito Eder Jakes Souza Aguiar (PSD).

FOTO: WILL ASSUNÇÃO/BLOG JUSSIUP



Instaurada pela Câmara Municipal, CPI mira a primeira-dama Hilda Rejane Ribeiro, mas deverá respingar no prefeito Eder Jakes Souza Aguiar (PSD), que poderá ser denunciado por Improbidade Administrativa.

Denúncias de servidores municipais e de alguns moradores da cidade justificaram o Requerimento para instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi subscrito pelos vereadores José Roberto Ribeiro de Carvalho (PSB), Joacira – Cirinha - Pereira Marques Luz (PSD), Felipe Souza Carvalho (PSB) e Nilson – Daxira - Gomes de Souza (PSB).

Segundo as denúncias, a primeira-dama Hilda Rejane Ribeiro, estaria exercendo “possíveis coações, pressões e ameaças” a servidores e po-

pulares que buscam serviços no Paço Municipal. Aponta, ainda, que a primeira-dama estaria exercendo funções de gestora municipal de forma ilegítima, inclusive dando expediente regularmente na Prefeitura e delegando tarefas aos secretários municipais e demais subordinados sem qualquer legitimidade para os atos.

A instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito ascendeu o sinal de alerta para o prefeito Eder Jakes Souza Aguiar (PSD), já que o Re-

POLÍTICA – INELEGIBILIDADE

querimento que justificou a abertura do processo investigatório aponta, ainda, a ausência do gestor no município.

Essa situação (ausência do prefeito no município), segundo a denúncia, confirmada pelo vereador José Roberto Ribeiro de Carvalho (PSB) ao

JS, já vinha ocorrendo desde o primeiro mandato do gestor, entre 2016 e 2020, mas se agravou na atual gestão. De acordo com o vereador, o prefeito, que é médico, tem se dedicado à Clínica sediada na cidade de Livramento de Nossa Senhora, da qual é proprietário.

FOTO: WILL ASSUNÇÃO/BLOG JUSSIUP



O vereador José Roberto Ribeiro de Carvalho, primeiro a assinar o Requerimento para instauração da Comissão parlamentar de Inquérito, já integra o Colegiado.

Feita a leitura do Requerimento e instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito, os vereadores deverão indicar os membros do Colegiado, sendo que o vereador José Roberto Ribeiro de Carvalho (PSB) já integra a Comissão por ter sido o primeiro a assinar o Requerimento. Os membros da CPI terão 120 dias para concluir as investigações, podendo esse prazo ser prorrogado por até 60 dias

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir a primeira-dama Hilda Rejane Ribeiro e o prefeito Eder Jakes Souza Aguiar (PSD), para oportunizar que pudessem contraditar as alegações do Requerimento que justificou a instauração da Comissão parlamentar de Inquérito e apontar, se assim entendessem, as estratégias que pretendem adotar em suas defesas durante as investigações. O telefone da Prefeitura de Jussiape que consta da página oficial do ente público (<https://www.jussiape.ba.gov.br>) (77) 3414-2110 consta como inexistente.

 **Marlito Lacerda**
CONTABILIDADE LTDA.

Rua Cel. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
Edf. João A. Lacerda - Centro - CEP: 46100-000
E-mail: marlito@marlitocontabilidade.com.br

www.marlitocontabilidade.com.br
Brumado - Bahia
Telefax: (77) 3441-3033

POLÍTICA – GESTÃO PÚBLICA

Ministério Público aciona Prefeitura de Caraíbas para realização de concurso público

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Estadual, por meio do Promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick, ajuizou, no último dia 1º, Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal de Caraíbas, requerendo, em caráter de urgência, que a Justiça determine a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos *no prazo máximo de seis meses. O Ministério Público requerer ainda que a Prefeitura Municipal dê ampla publicidade ao Edital de Abertura do Certame para preenchimento de todos os cargos para os serviços ordinários permanentes, em substituição aos contratos temporários.

Argumenta, na Ação Civil Pública, o Promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick, que a Prefeitura Municipal de Caraíbas realizou o último Concurso Público para preenchimento de cargos na estrutura administrativa do município em 1999 e que nos últimos 24 anos foram mantidos nos quadros funcionais uma estrutura de pessoal sob o regime de Contrato Temporário, de maneira ilegal. 'A prática ilegal de admissão de funcionários temporários em detrimento de servidores concursados já possui mais de 23 anos. Várias foram as tentativas de fazer o Município e seus gestores cumprirem o que determina a Constituição e gerirem o Município de forma democrática e republicana', sublinhou o Promotor de Justiça.

Ainda segundo o Promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick, em 2014 e 2015, o Ministério Público, depois de constatou a existência de grande número de servidores temporários contratados e a quase inexistência de servidores efetivos, através de Concurso Público, firmou com o Município um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). "No entanto", continua o Promotor de Justiça, "o município não cumpriu o que foi acordado e insiste, até hoje, nas contratações em detrimento do Concurso Público".

Na Ação Civil Pública, o Promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick, aponta que O Ministério Público constatou, em setembro de 2022, que os servidores temporários representavam 86,81% do quadro funcional da Prefeitura Municipal, incluindo comissionados e agentes públicos, sendo que o percentual de servidores concursados era de apenas 9,61%.

Por fim, o Ministério Público requer, na Ação Civil Pública, que a Prefeitura Municipal não realize novos contratos temporários, exceto em casos excepcionais que estejam previstos expressamente em Lei Municipal; em que haja a necessidade temporária e o interesse público seja excepcional; e que a contratação seja indispensável, sendo proibida para os serviços ordinários permanentes da Administração Pública Municipal.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir o prefeito de caraíbas, Jones Coelho (PSD), para oportunizar que pudesse comentar e, eventualmente, contraditar as alegações do Ministério Público, além de apontar as medidas que estaria ou pretende adotar para adequação às normas legais vigentes e atendimento às postulações do órgão ministerial.

(*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL



CENTRO ODONTOLÓGICO
Álvaro Coelho

☎ (77)3424-5136
 📞 (77) 99148-0073
 📷 @clinicaalvarocoelho
 www.clinicaalvaro.com.br

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO

Assessoria à Instituições de Educação Superior, Escolas, Prefeituras Parecerista Direito Educacional

📍 Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl, 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030

☎ 71 - 2136-7479 / 98789-0843 / 📞 99917-8500

✉ wanderleyribeiro@bol.com.br

🌐 www.professorwanderleyribeiro.adv.br

#CIDADES – SEGURANÇA PÚBLICA

Iniciadas as obras de construção do novo Complexo Policial de Tremedal

◆ **ÊMILLY VITÓRIA ANDRADE**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Embora haja o entendimento que Segurança Pública seja uma atribuição do Estado, para o prefeito de Tremedal, médico José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos), essa responsabilidade deve ser compartilhada, considerando que a população coloca o setor como sendo um dos que devam ser tratados como prioridade pela Administração Municipal, ficando atrás apenas da Saúde e da Educação.

A partir desse entendimento, o prefeito buscou formalizar parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, para incluir Tremedal no Programa de Modernização das Estruturas de Segurança da Bahia, com objetivo de melhorar as es-

truturas, promovendo reformas ou construindo Delegacias Territoriais da Polícia Civil e Unidades da Polícia Militar. Como originalmente e inicialmente o Programa previa intervenções – que já foram concluídas ou estão sendo executadas – em 46 municípios do Estado, nos quais Tremedal não estava incluído, o prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia (Podemos), além de investir nas obras de infraestrutura que são importantes para a segurança da população, a exemplo da iluminação pública, ampliou o diálogo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia reivindicando recursos e ações para assegurar a tranquilidade da população.

FOTO: REPRODUÇÃO



As obras de construção do Complexo Policial de Tremedal avançam e a previsão é que estejam concluídas ainda este ano.

No diálogo com o Governo do Estado, o prefeito José Carlos – Zé Bahia – Vieira Bahia viabilizou a parceria para a construção no município de uma Unidade Integrada, conforme previsto no Programa de Modernização das Estruturas de Segurança da Bahia, para abrigar as sedes da Delegacia Territorial de Polícia Civil e do Destacamento da Polícia Militar. Na parceria formalizada, o município fez a doação do terreno,

além das obras de terraplanagem e escavação, cabendo ao Estado a contratação da empresa de engenharia para execução do projeto.

As obras de construção do Complexo Policial, que vai abrigar a Delegacia Territorial de Polícia Civil e o Destacamento da Polícia Militar estão em andamento e a expectativa é que sejam concluídas ainda este ano.



Casa do Agricultor

PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloísio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

CIDADES – TRANSPORTE ESCOLAR

Pai de aluno da rede pública municipal de Ensino denuncia precariedade do Transporte Escolar na zona rural de Aracatu

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Precariedade das estradas, atoleiros no tempo de chuva, buraqueira na seca, ônibus quebrados e dias sem ir à aula. Essa é uma realidade para crianças e adolescentes da área rural de diversos municípios brasileiros que dependem do Transporte Escolar. Algumas precisam acordar antes 4h, para poder estar na Escola às 7h, e caminham todos os dias entre

8 e 10 km, debaixo de sol e chuva, na poeira ou na lama. A maratona não escolhe idade, alguns alunos têm 6 ou 7 anos. A situação se tornou tão insustentável, que para impedir a evasão, o Ministério Público de diversos municípios tem sido provocado por denúncias pais e agentes públicos e intervindo, obrigando Prefeituras Municipais a tomarem providências. Algumas,

inclusive, responderam ou responderem por Ações Civis Públicas na Justiça.

Em Aracatu, os problemas com o Transporte Escolar são recorrentes. Após diversas denúncias de pais de alunos sobre a má condição de alguns ônibus, uma nova reclamação chegou à Redação do JS. Segundo um pai de aluno que pediu para não ter sua

identidade divulgada, alegando que poderia, assim como o filho, sofrer represálias, um ônibus que transporta estudantes das regiões de Morro de Sousa e da Pedra, teria apresentado problemas mecânicos – que alega poderiam ter causado uma tragédia – foi substituído por outro sem as mínimas condições de trafegabilidade e segurança.

FOTO: DIVULGAÇÃO.



Segundo pai de aluno, este veículo, apresentando avarias diversas e sem as mínimas condições de trafegabilidade e segurança, tem sido utilizado no Transporte Escolar das regiões de Morro de Sousa e da Pedra, em Aracatu.

Entre os problemas que veículo apresenta, relatou o denunciante, estão bancos quebrados, alguns apenas com o suporte de ferro e que não oferecem a mínima condição para acomodação de pessoas, principalmente crianças e adolescentes; avarias diver-

sas no teto, janelas sem vidro e uma proteção da lateral de um dos bancos avariada e expondo a lataria com sinais claros de ferrugem. "Uma verdadeira sucata que está sendo criminosamente utilizada pela Prefeitura Municipal para transportar crianças e ado-

lescentes", disparou.

Denúncias de irregularidades no Transporte Escolar de Aracatu já não causam surpresas. Somente no final de 2022, as irregularidades no serviço foram cobradas por pais de alunos. Entre outras, mais recentes, em novembro, um

pai da região da Comunidade do Adobo, denunciou o Transporte Escolar que atendia aos alunos da localidade, detalhando as péssimas condições do veículo – ônibus velho, com pneus desgastados e portas quebrada – causando insegurança e desconforto aos

CIDADES – TRANSPORTE ESCOLAR

estudantes atendidos. Em dezembro, outra denúncia gravíssima. Um pai, da Comunidade de Lagoa do Alto, relatou que por muito pouco a filha, de 11 anos, não foi arrastada pela correnteza de um riacho. Segundo ele, chovia muito na região e o motorista preferiu não atravessar o riacho, mas por falta de monitor, permitiu que as crianças descessem e tentassem fazer a travessia a pé. Os estudantes fizeram “uma corrente humana”, mas a criança, de 11 anos, foi arrastada pela cor-

renteza, sendo salva por um colega que conseguiu agarrar sua mão e sustentar para que ela não fosse levada.

Além das irregularidades já pontuadas, segundo Especialistas em Transporte Escolar, os serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Aracatu, conforme denunciado por pais de alunos, ignora recomendações básicas, como o transporte de alunos em pé nos veículos, ausência de monitores para crianças menores de 12 anos e revisões periódicas dos

veículos. De acordo com os Especialistas, nas vias vicinais dos municípios do interior, a exemplo de Aracatu, não devem ser raros, embora na maioria das vezes não relatados, os acidentes motivados pelo sacolejo causado pelos buracos nas vias de terra.

De acordo com o pai que fez a denúncia ao JS, embora seja sabido que são inúmeros os desafios para garantir o direito às crianças por parte, principalmente das Prefeituras Municipais, o que acontece em Aracatu é o que chamou

de “desgoverno” que tem como resultado muitas crianças e adolescentes da zona rural, por falta de Transporte Escolar adequado, além de estar tendo a segurança comprometida, deixando de ir à Escola.

O denunciando afirmou que já fez a comunicação ao Ministério Público Estadual e aguarda que medidas sejam adotadas para obrigar a prefeita Brulina Lima Silva (Republicanos) a adotar medidas para cumprimento da legislação vigente.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, por telefone e mensagem de texto [77 3446-8502 e 77 9 8104-**48], ouvir a Secretaria Municipal de Educação e a prefeita Brulina Lima Silva (Republicanos) para que pudessem contraditar as denúncias, sem sucesso. O telefone da Prefeitura Municipal não atende ligações e a gestora não atendeu e não retornou ligações e, apesar de ter visualizado as mensagens, também não respondeu.

EXTERMINE JÁ
Exelência em tudo que faz!

★★★★★

DESENTUPIDORA
Pias, Tanques, Ralos, Esgotos, Vasos, etc...

DEDETIZAÇÃO
Ratos, Baratas, Formigas, Cupins, Pulgas, Moscas, Escorpiões, etc...

HIGIENIZAÇÃO
Caixa d'água, reservatórios, desentupimento hidráulico, etc...

10%
DESCONTO NA APRESENTAÇÃO
DESTE PANFLETO

Aplicação de Gel
contra:

Baratas Germanicas
Formigas Docelras

CRO - 37682155
ALVARÁ SANITÁRIO Nº 0079/2018
ANEXO - 0020 722 9301
CARTÃO KADO Nº 0060

ABRIL
HIDROLIMPP
CONTROLE DE PRAGAS

CERTIFICADOS EM CONFORMIDADE COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

★Deus conosco!

COBRIMOS QUALQUER OFERTA

NÃO COBRAMOS TAXA DE VISITA

PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

ATENDEMOS CONQUISTA E REGIÃO

LIGUE SOLICITE UMA VISITA!

77 3424.5114 77 98813.5689
77 99109.7419 77 99968.4997

www.extermineja.com.br | exterminaja@gmail.com | alransilva | exterminaja

Jornal do Sudoeste

CREDIBILIDADE

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos 25 anos.

CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

Governador inaugura Posto do SAC, entrega trecho de Rodovia requalificado e anuncia investimentos em Ibicoara

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Cumprindo agenda de trabalho, o governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT) visitou Ibicoara, no último dia 29 de abril. Na pauta da visita, a entrega do Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), repartição pública de atendimento através de unidades integradas, vinculado à Secretaria de Estado da Administração da Bahia, no Distrito de Cascavel. A implantação do Posto do SAC em Cascavel foi viabilizada em parceria pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Administração da Bahia, por meio da Superintendência de Atendimento ao Cidadão, e a Prefeitura Municipal.

FOTO: FEIJÃO ALMEIDA/GOVBA.



O Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão inaugurado no Distrito de Cascavel tem capacidade para realizar 4,4 mil atendimentos mensais.

O Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão, 45ª Unidade em operação no Estado, inaugurada no Distrito de Cascavel, tem capacidade de realizar 4,4 mil atendimentos mensais, oferecendo serviços para emissão de Carteira de Identidade, Cadastro Individual de Pessoa Física (CPF), Certidão de Antecedentes Criminais, Cadastro de Veículos, Habilitação de Condutores e Serviços do Planserv (Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais), Ceprev (Centro de Estudos e Defesa dos Interesses Profissionais) e Junta do Serviço Militar.

O Superintendente de Atendimento ao Cidadão da Secretaria de Estado de Administração da Bahia, Flávio Machado Barbosa, que acompanhou o governador na visita a Ibicoara, revelou que a intenção do Governo do Estado é incluir nos serviços prestados no Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Distrito de Cascavel serviços da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, pesca e Aquicultura da Bahia.

"O SAC tem um significado muito grande para a região. Para acessar os serviços do Detran, tirar a carteira de motorista, por exemplo, era preciso percorrer 180 quilômetros. Aproximou tanto Cascavel, quanto Ibicoara, e outros municípios da região", apontou o governador Jerônimo Rodrigues.

Ainda em Cascavel, o governador fez a entrega da recuperação do trecho de 17 quilômetros da Rodovia BA-900 entre o Distrito de Cascavel e o entroncamento da BA-142. Na obra, a Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia investiu mais de R\$ 6,2 milhões.

Jerônimo Rodrigues também fez a entrega da construção dos trevos de acesso à sede municipal, onde foram investidos R\$ 3,5 milhões.

Concluindo a pauta da visita, o governador Jerônimo Rodrigues Souza (PT) assinou as Ordens de Serviços para construção da nova sede do Pelotão da Polícia Militar, com investimentos previstos de R\$ 1,1 milhão.

CIDADES – GESTÃO PÚBLICA

Governador inaugura Colégio Estadual de Tempo Integral em Boninal

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: FEIJÃO ALMEIDA/GOVBA

Na manhã do último dia 29 de abril, o governador Jerônimo Rodrigues de Souza (PT) esteve em Boninal para cumprir agenda de trabalho. Na pauta, a inauguração da nova sede do Colégio Estadual de Tempo Integral Rui Barbosa. A Unidade da rede pública estadual de Ensino foi construída em parceria pelas Secretarias de Estado da Educação e de Desenvolvimento Urbano da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), com investimento de R\$ 26 milhões.

A nova Escola de Tempo Integral é composta por doze salas de aula, três Laboratórios, três Salas Multifuncionais, Biblioteca, Auditório, Teatro, Campo de Futebol Society, Quadra Poliesportiva Coberta, Piscina Semiolímpica, Pista de Atletismo, Restaurante Estudantil e toda a infraestrutura necessária para acolher alunos e professores no regime de Ensino em Tempo Integral.

Além da inauguração da Escola, o governador entregou um Ônibus Escolar para atender aos alunos que residem na zona rural.

Jerônimo Rodrigues destacou que o Ensino em tempo Integral não se limita apenas à matriz curricular e ao ambiente de sala de aula, mas, também, outras experiências que acredita são enriquecedoras para o desenvolvimento físico, cultural e socioemocional dos estudantes. “(Escola de) Tempo integral significa mais carinho e o resultado é mais aprendizagem. É estudante com um pouco mais de tempo na Escola, praticando Esporte, Lazer, Ciência, aprendendo mais”, pontuou o governador.

De acordo com a Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Educação da Bahia, Rowenna dos Santos Brito, que acompanhou o governador na visita a Boninal, a nova Escola vai oferecer também Educação Profissional, além do Tempo Integral. “É muito mais oportunidade de acesso à Cultura para que esses estudantes aproveitem desse espaço como um local de acolhimento e cuidado para eles”, completou.



(*) COM INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que o Sr. **EDMILSON ROCHA MEIRA**, brasileiro, empresário C.P.F nº346 212 295-91, residente na Rua Jeremias Alves de Lima, 69, Brumado-Ba, Protocolou pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na **RUA LINDOLFO AZEVEDO BRITO 629, Bairro Feliciano Pereira Santos, Brumado-Ba**, conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 05 de maio de 2023. A Oficial:

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Mana Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro - Brumado BA
CEP: 46.100-000 Tel.: (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.318/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DE CARGOS DA DIRETORIA, APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO ESTATUTO E APROVAÇÃO DE ABERTURA DE FILIAL, APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO – CNPJ: 33.143.164/0001-27

Ficam convocados todos os interessados, nos termos do artigo 59, "caput" da Lei nº 10.406/2002, para a realização da Assembleia Geral de Eleição da nova diretoria, além de deliberação sobre a ordem do dia, a realizar-se 19 de maio de 2023, às 19:00hr, na Rua Dely Vieira Silva, nº 51, Felícia, Vitória da Conquista – BA, CEP 45.055-605.

A convocação dar-se-á às 19:00hr do dia mencionado, onde se instalará a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Eleição e Posse de Cargos da Diretoria Executiva
- Alteração do Estatuto Social
- Aprovação de Abertura de Filiais
- Aprovação do Novo Regulamento

Vitória da Conquista - BA, 08 de maio de 2023.

Gildásio dos Santos Pacheco

CIDADES – GESTÃO PÚBLICA/INVASÃO DE ÁREA PRIVADA

Prefeito de Brumado determina invasão de área particular para construção de Avenida

Na ação, o gestor tentou, segundo relato de testemunhas, vídeos e registro em Boletim de Ocorrências, atropelar um segurança particular e poderá, inclusive, responder por tentativa de homicídio

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

“Verdadeiro esbulho praticado pelo prefeito de Brumado, engenheiro Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), ao tentar apossar de bem pertencente a um particular sem o devido processo legal, em especial sem indicar o interesse público e sem pagar a devida indenização”. Essa foi a avaliação de um renomado jurista da região, sob reserva, para a suposta tentativa de invasão de uma área pertencente a Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado, conforme documentos (Declaração Cartorial e Levantamento Topográfico Planimétrico de Área Urbana) apresentados pela Entidade. Além da invasão da área, a Prefeitura Municipal está sendo denunciada por crime ambiental, pelo desmatamento, sem licença de órgãos ambientais, de mata nativa.

FOTO: DIVULGAÇÃO/FADESB



Máquina de empreiteira avança na remoção de terra para cima da cerca da área de propriedade da Fadesb.

FOTO: DIVULGAÇÃO/FADESB



Além da invasão da área, desmatamento de mata nativa sem licença ambiental é outro crime que estaria sendo praticados pela Prefeitura Municipal.

A invasão da área pertencente à Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado pela Prefeitura Municipal, na manhã do dia 1º de maio, que poderia ter sido evitada, houvesse o mínimo de razoabilidade do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, que poderia ter optado pelo diálogo ou editado um Decreto de Desapropriação da referida área. O diálogo, que exige maturidade e responsabilidade, não tem sido uma ferramenta adotada pelo gestor, que prefere a truculência e, não raras vezes, as fake news, para que suas convicções ideológicas prevaleçam. Por conta desse comportamento inconsequente, o prefeito responde judicialmente por ter acusado o ex-governador do Estado e atual ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa dos Santos (PT), de defender o narcotráfico e incentivar o delivery de drogas na Bahia. E, por pouco, não protagoniza uma tragédia durante a invasão da área da Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado.

Durante a invasão, representantes da Prefeitura Municipal, segundo testemunhas, principalmente o Assessor Especial do Gabinete do Prefeito e o secretário municipal de Saúde, respectivamente advogado Victor Mattos de Souza Carvalho e farmacêutico Cláudio Soares Feres, em alguns momentos exaltados, discutiram de forma pouco civilizada com o advogado da Entidade, Cleio Antônio Diniz Filho.

Há, inclusive, relatos de que, em determinado momento das discussões, o secretário municipal de Saúde, Cláudio Soares Feres, teria se apossado de uma pedra para supostamente arremessar em direção aos seguranças que impediam o prosseguimento dos serviços pela pá-carregadeira. Segundo relatos feitos ao JS, o fato não teria sido consumado por intervenção do advogado Cleio Antônio Diniz Filho.

CIDADES – GESTÃO PÚBLICA/INVASÃO DE ÁREA PRIVADA

FOTO: LEITOR DO JS



Atendendo a um comando para "passar por cima (de quem tentasse obstruir a passagem), o operador avançou com a pá-carregadeira e somente parou praticamente em cima do advogado Cleio Diniz Filho.

Por muito pouco, em meio às discussões, duas tragédias não se consumaram. Segundo vídeos que o JS teve acesso, em determinado momento, ouve-se uma voz determinando que o operador de uma Pá Carregadeira arremeta sobre os seguranças e o pessoal da Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado. "Passa por cima", diz a voz de uma pessoa não identificada, mas possivelmente membro da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal. Ato contínuo, o operador da máquina avança sobre o advogado Cleio Antônio Diniz Filho. O crime não se consumou porque o operador da máquina recuou da intenção de cumprir a determinação e parou a máquina praticamente em cima do advogado.

O outro episódio execrável foi a tentativa de atropelamento pelo prefeito de um segurança da Entidade. Testemunhas ouvidas pelo JS que acompanharam os desdobramentos da confusão que se seguiu à invasão da área, reforçaram o que foi registrado em Boletim de Ocorrências na Delegacia Territorial de Polícia Civil. Segundo registro na Polícia Civil e relato, sob reserva, de testemunhas, Eduardo Lima Vasconcelos arrancou o veículo oficial que conduzia, uma Pick Up Fiat Toro, na direção do segurança particular Reinam Santos das Neves, atingindo-o na perna e somente não consumando o atropelamento porque a vítima bateu com um pedaço de madeira na lataria do veículo. O Registro na Polícia Civil tratou o caso como "Lesão Corporal Dolosa", crime tipificado no Artigo 129 do Código Penal, mas que para juristas ouvidos pelo JS, depois de assistir ao vídeo, pode perfeitamente ser enquadrado como tentativa de homicídio, dada a leviandade do ato praticado pelo gestor, a despeito do enquadramento previsto no Boletim de Ocorrências.

FOTO: DIVULGAÇÃO/FADESB



De costas (camiseta branca), o prefeito Eduardo Vasconcelos, próximo a cerca instalada pela Fadesb que logo em seguida foi rompida, aparentemente dá instruções aos trabalhadores da empreiteira responsável pela obra.

Mas, indiferentemente do crime que será atribuído, o certo é que, se confirmada as versões da vítima e das testemunhas e os vídeos gravados por pessoas que acompanharam, por curiosidade, os acontecimentos, forem considerados como elementos de prova pela Justiça, o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) deverá responder judicialmente pelo desatino.

A Fundação Assistência e Desenvolvimento de Brumado, além de registrar os Boletins de Ocorrências na Delegacia Territorial de Polícia Civil, orientada pelo Ministério Público Estadual, conforme relatou o advogado Cleio Antônio Diniz Filho, ingressou ainda no dia 1º, com uma Ação de Obrigação de Não Fazer Impeditiva de Obra, com pedido de Tutela de Urgência, que foi negada pelo Juiz Plantonista, Antônio Santana Lopes Filho, da Comarca de Ilhéus, que entendeu haver necessidade de oportunizar à Prefeitura Municipal contraditar as alegações da Entidade. Com o fim do Plantão Judiciário, a Ação já está tramitando na Comarca de Brumado.

Obra continua sendo executada

Embora a Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado, em ofício encaminhado ao prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) e ao secretário municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano, Arquiteto Thiago Amaral, dia 27 de abril último, autorizando apenas a execução de obras de limpeza do canal de esgotos e suas laterais na área de propriedade da Entidade, a Prefeitura Municipal mantém a invasão e continua a execução da obra.

Como, depois de registradas as Ocorrências na 1ª Delegacia judicializou a questão, tendo ingressado na Justiça com Ação de Obrigação de Não Fazer Impeditiva de Obra e provocado o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Brumado, a Fundação de Assistência e Desenvolvimento de Brumado, apenas acompanha os "trabalhos" executados na área que afirmar ser de sua propriedade.

O que dizem os moradores do entorno da área

Os moradores do entorno da área do conflito, ouvidos pela reportagem do JS, sob reserva, que justificaram por temer represálias por parte do Poder Público, embora reconhecendo a importância da obra e a valorização dos imóveis em seu entorno, condenaram a atitude truculenta da Administração Municipal e, principalmente, os atos, que alguns classificaram de "animais-cos" patrocinados pelo prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), no local.

Algumas das pessoas ouvidas ressaltaram que a Prefeitura Municipal, antes de invadir áreas privadas, deveria estar investindo na recuperação das inúmeras vias públicas que estão com buracos, comprometendo a segurança dos usuários. "Há uma flagrante inversão de valores, que permite ilações de toda ordem, nas prioridades do prefeito Eduardo Vasconcelos. As Ruas, Avenidas e Praças da cidade continuam esburacadas e abandonadas; diversas estradas da zona rural intransitáveis comprometendo a segurança dos usuários e a presença de alunos nas salas de aula, e ele investe milhões de reais em uma obra que poderia esperar. Há mistérios a serem desvendados quando para realizar uma obra o gestor faz a opção pelo confronto e afronta à legalidade", ponderou um dos moradores.

CIDADES – GESTÃO PÚBLICA/INVASÃO DE ÁREA PRIVADA

OUTRO LADO

Em relação aos fatos ocorridos no último dia 1º, a reportagem do JS encaminhou à Assessora de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, jornalista Carla Luz (31 99812-**60), os seguintes questionamentos, visando oportunizar a Prefeitura Municipal e, particularmente o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos e o Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, advogado Victor Mattos de Souza Carvalho, o direito ao 'Princípio do Contraditório', ou como chamamos no jornalismo "ouvir o outro lado", que consideramos algo inquestionável, ético e correto por parte do jornalista e um dos princípios inafastáveis do nosso Manual de Redação:

1. A Fadesb alega e apresenta documentos que comprovam, em tese, ser proprietária do terreno que supostamente teria sido invadido pela Prefeitura Municipal. A Prefeitura tem documentos que comprovem que a área não pertence a Entidade e sim ao município? Os documentos de posse da Fadesb são fraudados?

2. Qual o valor da obra e a fonte de financiamento?

3. Por que a opção pela suposta invasão de terreno privado e não pela edição de um Decreto de Desapropriação?

4. Vídeos e depoimentos de testemunhas ouvidas, sob reserva, pelo Jornal do Sudoeste, mostram que em determinado momento, alguém, naturalmente e supostamente vinculado à Prefeitura Municipal, determina que o operador de uma Pá Carregadeira "passe por cima de quem estiver à frente". Ato contínuo, mostram as imagens, a máquina avança na direção do advogado da Entidade, Cleio Antônio Diniz Filho, tendo o operador do equipamento recuado e parado a máquina menos de um metro do advogado. O que a Prefeitura Municipal tem a dizer a respeito?

5. Depoimentos de testemunhas ouvidas pelo Jornal do Sudoeste e Boletim de Ocorrências lavrado na Delegacia Territorial de Polícia Civil, apontam que em determinado momento, o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos teria arrancado com o veículo oficial que conduzia na direção de um segurança da Entidade, atingindo-o na perna – Exame de Corpo de Delito constatou a lesão – e somente parando quando ele (segurança) atinge a lataria do veículo com um pedaço de madeira, supostamente um cassetete. Por conta desse fato, o prefeito foi denunciado e poderá responder, se assim entender a Justiça, por tentativa de homicídio. O que o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos tem a dizer sobre o fato?

6. Representantes da Fadesb que estavam no local da suposta invasão de área privada, revelam que avaliam ingressar com uma queixa crime por Difamação contra o Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, advogado Victor Mattos de Souza Carvalho, com base em um vídeo no qual o advogado afirma que o única e exclusivamente indenização. Eles querem dinheiro". O advogado tem como provar a afirmativa?

7. Alguma coisa que a Prefeitura Municipal e/ou o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos queiram apontar?

Apesar de ter visualizado a mensagem, a jornalista Carla Luz, que responde pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, não respondeu os questionamentos até o fechamento desta edição.

Não limite seus desafios, desafie seus limites.

anima
SAÚDE E BEM ESTAR

Rua Vereador Paulo Chaves, 52 – Loja 05 – Residencial Parque das Palmeiras – Bairro Jardim Brasil
Email: animasaudeebemestar@gmail.com

(77) 9 9946-1708 PILATESANIMA ANIMA PILATES

CIDADES - ECONOMIA/QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Programa Qualifica Bahia certifica trabalhadores de Poções

LETÍCIA ARIÁDNE GOMES
jornalismo@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, no âmbito do Programa Qualifica Bahia, iniciativa financiada com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep e do Tesouro do Estado, com o objetivo de promover a qualificação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras que buscam colocação no mercado de trabalho, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação profissional, tendo prioridade de atendimento às populações socialmente vulneráveis do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família, afrodescendentes, indiodescendentes, mulheres, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com deficiência, pessoas com mais de 40 anos, trabalhadores com risco de perda de emprego em função da baixa escolaridade e qualificação insuficiente, trabalhadores em situação especial, como detentos e egressos do sistema penitenciário, os jovens que são submetidos a medidas sócio educativas e trabalhadores moradores das áreas identificadas com altos índices de violência, definidas pelo Estado como áreas de atuação do Programa Pacto Pela Vida, realizou na sexta-feira, 28 de abril, a certificação de trabalhadores poçoenses.

FOTOS: ASCOM/PMP



A Prefeita Irenilda – Dona Nilda – Cunha de Magalhães (PCdoB) participou da solenidade de entrega dos Certificados.

A capacitação de trabalhadores no município atendeu a uma reivindicação e parceria da Prefeitura Municipal de Poções, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social. Trinta traba-

lhadores receberam os certificados dos cursos de Operador de Mercado, Recepcionista com Noções de Inglês e Cabeleireiro e Maquiagem.

FOTOS: ASCOM/PMP



A Prefeita Irenilda – Dona Nilda – Cunha de Magalhães (PCdoB) participou da solenidade de entrega dos Certificados.

O ato de entrega dos Certificados foi realizado na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, presidido pela representante da equipe técnica da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, Solange de Fátima Assis Santos, contou com as presenças da prefeita Irenilda – Dona Nilda – Cunha de Magalhães (PCdoB); da secretária municipal de Assistência Social Orleide Pacheco Gomes Ramos, e da vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Rosinéia Souza Santana, entre outros.

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária Maria Eulália Viana Leite Cotrim do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que a Sra. **MARIA CELIA MACHADO MARQUES SOUZA**, brasileira maior, empresária, residente na RUA PAULO VI nº 39, Brumado-Ba, C.P.F.nº916 012.405-97. Protocolou pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na BR 030, conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 03 de maio de 2023. A

Oficial: 
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPÓTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro Brumado BA
CEP: 46.100-000 Tel.: (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.318/0001-20

CIDADES – SAÚDE

Caculé passa a oferecer serviço de Acupuntura e Ozonoterapia

Serviço inovador auxilia o tratamento de diversos tipos de doenças, como distúrbios digestivos, respiratórios ou neurológico

◆ LETÍCIA ARIÁDNE GOMES

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Buscando fortalecer a prevenção de doenças e a recuperação da Saúde, a Prefeitura Municipal de Caculé, através da Secretaria Municipal de Saúde, está disponibilizando à população, atendimento e tratamento gratuitos em Acupuntura e Ozonoterapia.

Os serviços fazem parte de um novo Serviço de Saúde, a Pícs - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, que são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir uma infinidade de métodos terapêuticos voltados à melhora integral dos pacientes, como dores crônicas e agudas, como Dor Lombar, Cervicalgia, Dores Articulares, Fibromialgia, Cefaleia, Tendinites,

Bursites, Sequela de Chikungunya, Dores e Limitações de Movimento Pós Cirúrgico em Ortopedia, entre outras. Com isso, a partir de agora, o município passa a oferecer aos cidadãos, via Sistema Único de Saúde (SUS), também Acupuntura e Ozonoterapia.

Para prestação dos serviços, a Prefeitura Municipal de Caculé, através da Secretaria Municipal de Saúde, formalizou parceria com o Médico Especialista em Acupuntura e Pós-Graduação em Medicina da Dor, Alexandre Leal Ivo Barauna. Os atendimentos, que devem ser agendados nas Unidades de Saúde do Programa Saúde da Família, são prestados nas sextas-feiras, no Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida.

FOTO: DIVULGAÇÃO/SEC. SAÚDE CACULÉ



Segundo a titular da Secretaria Municipal de Saúde, enfermeira Ediene Coutinho dos Santos Arantes, a implantação destas práticas é oferecer opções de tratamento alternativo para pessoas portadoras de Dores Crônicas, especialmente para aquelas que já realizaram outros procedimentos sem sucesso na melhora do quadro de dor. Através destas Terapias Alternativas, destaca a secretária, o profissional poderá executar uma escuta mais acolhedora e buscar novos caminhos para promover a melhora na qualidade de vida dos pacientes.

A Acupuntura é uma técnica de intervenção em saúde que faz parte dos recursos terapêuticos da Medicina Tradicional Chinesa – MTC, estimula pontos específicos, distribuídos por todo o corpo, por meio da inserção de finas agulhas filiformes metáli-

cas. Criada há milênios, é um dos tratamentos mais antigos do mundo, que visa à harmonia do indivíduo no âmbito espiritual, mental e físico-emocional.

A Ozonoterapia é uma Técnica Terapêutica que utiliza a aplicação de uma mistura dos Gases Oxigênio e Ozônio, ou seja, o Ozônio Medicinal. Usada no tratamento de um amplo número de patologias, a Ozonioterapia pode ser aplicada de modo isolado e complementar.

Há séculos utilizado por países desenvolvidos e com benefícios comprovados por inúmeros estudos, o Ozônio tem excelentes propriedades medicinais, como Anti-inflamatórias; Antissépticas; Modulação do Estresse Oxidativo, e melhora da Circulação Periférica e da Oxigenação.

CIDADES – MEIO AMBIENTE

Ibama embarga 3.380 hectares de Caatinga desmatados ilegalmente sem sete municípios da Bacia do São Francisco

Operação Mandacaru I identificou, autuou e multou proprietários de terras nos municípios de Santana, São Félix do Coribe, Sítio do Mato, Coribe, Carinhanha, Serra do Ramalho e Santa Maria da Vitória. Além de responder por crime ambiental, os responsáveis deverão recuperar as áreas degradadas

DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Agentes Ambientais Federais da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Bahia, no âmbito da primeira etapa da Operação Mandacaru I, deflagrada com objetivo de coibir o desmatamento ilegal e a exploração irregular de vegetação nativa no Bioma Caatinga - identificaram e embargaram 44 áreas, um total de 492 hectares, que estavam sendo desmatadas ilegalmente, nos municípios de Carinhanha, Coribe, Santana, São Félix do Coribe, Santa Maria da Vitória, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. A área embargada, segundo o Ibama, corresponde a 3,3 mil campos de futebol. A Operação, realizada entre os dias 21 de fevereiro e 9 de março últimos, e anunciada no dia 28 de abril.

De acordo com a Superintendência do Ibama na Bahia, os proprietários das terras embargadas foram identificados, autuados e vão responder na Justiça por Crime Ambiental (Lei Federal 9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais), além de serem obrigados a recuperar as áreas degradadas. Foram aplicadas multas que superam R\$ 5,8 milhões.

Segundo os Agentes Ambientais Federais envolvidos na fiscalização, o desmatamento ilegal identificado foi realizado pelos proprietários rurais com objetivo de ampliar a área destinada a atividades agropecuárias, especialmente a criação de gado.

Estudos técnicos apontam que



FOTO: DIVULGAÇÃO IBAMA

os efeitos do desmatamento da Caatinga são diversos, considerando a importância da vegetação para a região que ocupa. Além disso, reforçam pesquisadores, existem indícios ainda não comprovados de que a Caatinga possa ser mais eficiente na absorção de Gás Carbônico na atmosfera do que as Florestas Tropicais, haja vista que essas últimas produzem uma quantidade de CO2 mais ou menos equivalente ao que absorvem.

Outra consequência do desmatamento da Caatinga é a deserti-

ficação, destaca o Geógrafo, Mestre em Geografia e Pesquisador Rubens Ferreira Alves Pena, "nas regiões de clima mais quente e com pouca precipitação, o que se verifica em algumas das áreas ocupadas por esse Bioma, a tendência de desertificação é alta em virtude da desidratação dos solos ocasionada pelo elevado índice de evaporação". Ainda segundo o Pesquisador, a remoção da vegetação (do Bioma Caatinga), o problema de desertificação "é intensificado, além de tornar os solos mais

expostos e, por isso, altamente propensos a erosões e outros problemas ambientais, como a salinização".

Ao anunciar os resultados da primeira fase da Operação Mandacaru I, a Superintendente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Bahia, Lívia Karina Passos Martins, disse que as ações vão ter continuidade ao longo do ano.

(*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO IBAMA

Uma grande Redação se faz com letras e números.

EMILE CREMASCIO 920
ISABELLE CRISTINE 940
GLAUBER ROCHA 900
TERCEIRA 900
TÁRISSA BAHIA 900
ANA CLARA 920

Matrículas abertas
77 3425 8860 • 3161 1001
www.colegioopcao.com

colégio Opção
Do 6º Ano ao Pré-Vestibular

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – REPORTAGEM ESPECIAL

“Leis existem porque nós não temos empatia e respeito pelo outro”, reflete a Especialista em Educação Inclusiva Daiane Ribeiro Teles Hoffmann

◆ LETÍCIA ARIÁDNE GOMES
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Resignificar um modelo de Escola que, tradicionalmente, naturaliza práticas excludentes, tornando-o mais democrático – este é um dos principais objetivos da Educação Inclusiva na opinião da brumadense, radicada em Caculé, Daiane Ribeiro Teles Hoffmann, Especialista na área de Diagnóstico dos Transtornos de Aprendizagem e na Identificação de AH/SD - Altas Habilidades/Superdotação, autora do Programa A Invisibilidade de crianças e Adolescentes com AH/SD- Altas Habilidades/Superdotação no contexto do Sertão Baiano".

A profissional, que há 20 anos se dedica à Educação Especial na região, reforça ser fundamental entender que a Educação Inclusiva não

é apenas aquela destinada a alunos com algum tipo de Deficiência ou Transtorno. É, antes, trabalhar uma perspectiva de equidade, não de igualdade. "(...) Quando trabalhamos com o Princípio da Equidade, colocamos todas as pessoas em um mesmo processo. Então temos que pensar nesse Princípio de Equidade e não de Igualdade", pontua.

Daiane Ribeiro Teles Hoffmann aponta que a Educação Especial está prevista em Lei e está inserida no contexto da Educação inclusiva que, por sua vez, considera todas as diferenças em uma sala de aula. E lembra que o objetivo deve ser pensar a Escola como um espaço para todos, mesmo antes da chegada de pessoas com Deficiência/Transtorno no local, por exemplo.

FOTO: VINÍCIUS CAIRES.



Pedagoga e Doutoranda em Psicologia Daiane Ribeiro Teles Hoffmann.

Para a Pedagoga e Doutoranda em Psicologia, Educação Inclusiva é um conceito que todos, sem exceção, têm direito à Educação de qualidade. Por isso, pressupõe que, para todos estarem na Escola, é preciso dar condições e oportunidades. Ressalta, no entanto, que é fundamental que os Professores sejam capacitados para atuar na identificação e no acompanhamento de crianças e adolescentes com

Altas Habilidades/Superdotação.

Na última semana a reportagem do JS conversou com Daiane Ribeiro Teles Hoffmann.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: O que se entende por Educação Inclusi-

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – REPORTAGEM ESPECIAL

va?

JS: E por Educação Especial?

DAIANE HOFFMANN: A Educação Inclusiva foi pensada para aquelas pessoas com necessidade de Educação Especial. São crianças que têm Transtornos, Deficiências e Superdotação. Então, isso é Educação Inclusiva, quando a gente trabalha na inclusão dessas pessoas com Necessidade Educacional Especial e a gente inclui elas no contexto de sala de aula. Não só no contexto de sala de aula, mas em todo o contexto escolar.

JS: Na opinião da senhora, quais os principais desafios para pro-

mover a Educação Inclusiva no Brasil e, mais especificamente, em municípios do interior?

DAIANE HOFFMANN: Educação Inclusiva no Brasil vem na história da constituição da Educação do país. Então, temos as Leis que consolidam essa Educação. A grande dificuldade hoje que temos encontrado e a temos visto nos municípios é a falta de informação. As vezes tem falta de formação e de informação. A falta de formação dos gestores, secretários, a falta de formação de professores, as vezes dos próprios gestores da Secretaria (de Educação) não tem uma formação para atuar na Educação Inclusiva, além de também faltar uma Assessoria para dar a informação correta e o município promover a inclusão.

“

Porque é uma criança diferente, mas não é uma criança desigual. É uma criança que tem uma limitação para aprender ou tem uma habilidade a mais para aprender, mas não é desigual das outras crianças. E enquanto essas crianças não forem diagnosticadas dentro das salas de aula, essas crianças não forem identificadas como seriam adaptadas, a gente ainda vai estar muito longe de fazer a inclusão.

”

JS: Que benefícios a inclusão traz a alunos e professores?

DAIANE HOFFMANN: O processo de inclusão traz benefício para o aluno, porque a gente começa desde o diagnóstico. Então fazemos o diagnóstico daquela criança que está na sala de aula sem ler, sem escrever. A partir do diagnóstico, identificamos que essa criança tem um problema ou está na sala de aula com habilidade acima da média ou está na sala de aula também, no desenvolvimento, além dos colegas da turma. Então, quando a fazemos o diagnóstico de uma criança com Transtorno ou com Deficiência, ou quando fazemos a identificação de uma criança com Superdotação, temos como promover para esse aluno o desenvolvimento dentro da necessidade dele. Então, por que o professor precisa saber que esse aluno tem algum Transtorno? Porque o professor vai ter que elaborar um planejamento específico, pensando nesse aluno, nessa criança, para ele poder desenvolver em sala de aula. Porque é uma criança diferente, mas não é uma criança desigual. É uma criança que tem uma limitação para aprender ou tem uma habilidade a mais para aprender, mas não é desigual das outras crianças. E enquanto essas crianças não forem diagnosticadas dentro das salas de aula, essas crianças não forem identificadas como seriam adaptadas, a gente ainda vai estar muito longe de fazer a inclusão.

JS: Um dos principais questionamentos feitos por professores, tanto da rede pública quanto da privada, é de que muitas vezes não há nenhuma iniciativa da Escola em preparar o profissional para receber alunos com deficiência, tão pouco um Plano Pedagógico e estrutura física que contemplem às necessidades dos estudantes. A senhora concorda com esses questionamentos? Como proceder nesses casos?

DAIANE HOFFMANN: Não. Na verdade, nós estamos ainda está muito longe de ter esses direitos todos garantidos. Porque nós ainda vemos muito da Superdotação. A Superdotação é o nosso carro chefe. A gente trabalha com a Superdotação. Trabalhamos com o diagnóstico dos Transtornos no Nível de Desenvolvimento e com a Superdotação. Por que esses direitos não são negligenciados no Brasil ainda? Porque temos visto as mães de Autistas se organizando para poder buscar apoio, mães de Superdotados se organizando para buscar apoio, porque infelizmente o Poder Público ainda está muito distante de garantir esses direitos. A Lei no Brasil, a primeira Lei de Inclusão, foi promulgada nos anos 1800. Então, as Leis no Brasil, nos contempla, algumas Leis nos contemplam, como a Educação Especial, outras, mas ainda estão longe de serem efetivadas.

FOTO: VINICIUS CAIRES

“(…) as Leis existem porque nós não temos empatia e respeito pelo outro. A partir do momento que a gente tem empatia e respeito pelo outro não precisariam ter Leis para garantir o direito do outro. A gente saberia lidar com essas coisas com muita tranquilidade.”



EDUCAÇÃO INCLUSIVA – REPORTAGEM ESPECIAL

JS: Como garantir Atendimento Especializado se a Escola não oferece condições?

DAIANE HOFFMANN: Não, não tem e na verdade eu costumo dizer que as Leis existem porque nós não temos empatia e respeito pelo outro. A partir do momento que a gente tem empatia e respeito pelo outro não precisariam ter Leis para garantir o direito do outro. A gente saberia lidar com essas coisas com muita tranquilidade. Mas, infelizmente, não existe uma fiscalização para isso. E o que a gente mais vê na nossa vida clínica, na nossa vida diária, na nossa vida... é que essas crianças, crianças e pais e mães, ainda têm muita dificuldade para alcançar esses direitos.

JS: O que são e como funcionam as Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado?

DAIANE HOFFMANN: A Sala de Recurso Multifuncional é um mecanismo brilhante. É um espaço onde a criança que é diagnosticada (com Transtornos ou Superdotação), estuda na Escola no período regular e no contraturno vai para a Sala de Recursos Multifuncional. É um lugar onde as pessoas que são capacitadas (no Brasil hoje a legislação diz que as pessoas para atuarem na Sala de Recursos Multifuncional tem que ter uma capacitação ou uma formação de Graduação, ou uma Pós-Graduação, ou cursos na área para atuar). É um espaço onde a criança vai ter o acompanhamento de intervenção cognitiva. Não é um lugar de fazer tarefa, não. Vai fazer tarefa em casa com os pais. Mas é um espaço onde é elaborado um Plano de Desenvolvimento para essa criança. Esse Plano, a professora de Sala de Recursos vai desenvolvendo com ela, vai fazendo essa avaliação e essa Sala de Recursos obrigatoriamente tem que funcionar dentro do ambiente escolar, embora a criança possa estar matriculada numa Escola e frequentar a Sala de Recursos Multifuncional em outra Escola. Mas os municípios precisam garantir essas duas matrículas, precisam garantir que as crianças sejam atendidas nas Salas de Recursos Multifuncional que devem funcionar dentro do ambiente escolar.

JS: Previsto na legislação vigente e com fontes de financiamento definidos, as Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado são uma realidade na nossa região?

DAIANE HOFFMANN: Olha que pergunta boa. É sempre uma pergunta muito bacana, o que acontece? As Salas de Recursos têm fontes de financiamento previstos, há dinheiro destinado às Prefeituras (para financiar a proposta). Para que as Prefeituras façam o diagnóstico da criança, ou a identificação da Superdotação. Cadastrar essas crianças no Censo e automaticamente aquela Escola que tem mais de 21 alunos. Ela (Prefeitura/Escola) recebe o recurso, o financiamento para montar a Sala de Recursos Multifuncional. O que acontece na nossa região é que tem muitos municípios, que estão recebendo esse recurso, das Salas Multifuncionais, estão fechando a Salas e aplicando nos lucros. É verdade que existem os Núcleos e os Centros de Atendimento Especializado, que são legalmente instituídos e são um instrumento também interessante, porque desafoga o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncional. Mas ainda estamos longe do ideal. Por que que nós estamos longe do ideal? Nós temos município com déficit de receber Sala de Recursos, porque as crianças não têm diagnóstico. Temos um município que recebe o dinheiro e investe no Núcleo de Atendimento Especializado e não pode. Não pode porque o recurso é destinado ao atendimento prioritariamente nas Salas de Recursos. Então ainda é está muito distante ainda.

JS: Quais as diferenças entre Sala de Recursos Especiais e o Apoio Pedagógico?

Daiane Hoffmann: Olha o Suporte Pedagógico é quando a criança não tem o Transtorno diagnosticado. É quando a criança tem uma dificuldade de aprendizagem, diferente do Transtorno, que é um problema Neurobiológico. Então, um grande número de fatores gestacionais, de nutrição na gestação, de parto, se a mãe ou o pai fez uso de drogas, de bebidas, por vários fatores, a criança nasce com o Transtorno. Certo? Então, para a criança diagnosticada com o Transtorno, vai ser necessário a Sala de Recursos Multifuncional, porque ela vai ter que vai trabalhar no processo de intervenção cognitiva em cima daquilo que ela tem de eficiência para gente ir estabelecendo metas. Estruturas Neurológicas Cognitivas para criança desenvolver dentro da sua condição. A criança no Apoio Pedagógico, ela tem uma dificuldade de aprendizagem. A dificuldade de aprendizagem é causada por um fator externo, que é inerente à criança. Então, por exemplo, o Apoio Pedagógico, é para quando a criança tem a dificul-

dade de aprendizagem, não tem o Transtorno. Mas como é que você identifica isso? Nós identificamos porque trabalhamos com testes, com protocolos. A gente não tira, então, uma criança dessa, a gente se submeter às 6 ou 8 seções de Avaliação Neuropsicológica de Psicometria, de estudo com a família para poder dar o diagnóstico. E na dificuldade de aprendizagem ela não tem problema Neurobiológico associado, por isso que esse Suporte Pedagógico é para criança que apresenta dificuldade de aprendizagem. E a Sala de Recursos Multifuncional é para a criança que apresenta um Transtorno, a Deficiência ou a Superdotação.

JS: Quando se fala de Inclusão (na Educação), considera-se, geralmente, as crianças e os adolescentes portadores de Transtornos Diversos. E no caso das crianças e dos adolescentes com Altas Habilidades ou Superdotação, como esse público tem sido acolhido nas Escolas?

Daiane Hoffmann: Pronto. Eles não são acolhidos. Eu sou muito feliz porque eu criei, em 2020, o primeiro Programa do Brasil para Superdotados. Esse Programa foi criado por mim e é financiado pelo Ministério da Educação. Quando eu criei esse Programa estava participando de um Congresso (de Educação no Campus da Universidade Federal) do Pantanal, no Mato Grosso do Sul. Quando retornei à região, sou de Brumado, mas resido em Caculé e trabalho em vários municípios, na região do Território de Identidade Sertão Produtivo, percebi que a criança Superdotada não estava incluída no Censo Escolar. O que isso significa? Para a criança ter o atendimento na Educação Especial Inclusiva, ela tem de estar registrada no Censo Escolar. Então fiz um levantamento e constatei, na região onde trabalho, que as crianças com algum grau de Deficiência, estavam cadastradas e em um número muito grande, mas no caso das Superdotadas, o número era irrisório. Se a legislação nacional diz que as crianças Superdotadas têm o mesmo direito protocolizado em Lei da criança com algum tipo de Transtorno, ficou a dúvida, cadê a criança com Superdotação? E eu sempre defendi a tese que enquanto não incluirmos as crianças Superdotadas no Atendimento Educacional Especializado, não estaremos fazendo Inclusão. E não fazemos inclusão porque ainda existe um mito acerca da Superdotação, em que achamos que o Superdotado é aquele menino, aquela menina, com QI acima de 130. Esses mitos que perpassam pela Superdotação invisibiliza essa criança. A professora acha que é impossível ter um aluno Superdotado na sala e não é. A Organização Mundial de Saúde, aponta que entre 8 e 12% da população tem Superdotação. Se compararmos os dados da OMS, constatamos que temos no Brasil mais de 900 mil crianças com algum grau de Deficiências/Transtornos e, no Censo Escolar, em 2020, apenas vinte mil com Superdotação. Então, fica claro, temos muito que caminhar para fazer a Inclusão Escolar de fato.

FOTO: VINICIUS CAIRES



“... hoje os professores não estão capacitados para reconhecer uma criança com Superdotação. E pior ainda, os professores não sabem quem identifica a criança com Superdotação é o professor, não é o Psicólogo Clínico, Psicopedagogo ou Médico.”

JS: a senhora diria que os professores já são capazes de identificar as características de crianças e adolescentes com Altas Habilidades ou Superdotação?

Daiane Hoffmann: Não. Porque a gente tem um mito cultural na Superdotação. É, veja bem, quando criamos o nosso Programa, nós formamos na região do Alto Sertão, 150 professores. Por que, o que que isso significa? É o professor que considera que criança para ser

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – REPORTAGEM ESPECIAL

Superdotado, basta que ele dê conta (seja capaz de resolver problemas) de Português, de Matemática e que tem que tirar (nota) 10 em tudo (todas as matérias) e não é isso. Essa criança que tira nota 10 em todas as matérias, também é Superdotada, porque é um tipo de Superdotação. Aí eles esquecem daquela criança que não lê. Mas faz desenhos brilhantes. E a reação do professor na sala de aula com relação a essa criança que está lá desenhando é falar: “guarda esse caderno de desenho que agora não é hora de desenho não”. Ou então a gente tem um aluno que não lê, mas domina a Matemática. A gente tem o nosso processo de aprendizagem. A gente tem um instrumento que se chama Cérebro. E é no Cérebro que acontece o processo chamado Neuroplasticidade (capacidade de adaptação em resposta a novos comportamentos e experiências). Então, a criança que nasce com Discalculia (Transtorno de Aprendizagem), por exemplo, pode desenvolver a sua dotação na área de Linguagem e de Leitura. Basta que a criança apresente uma única habilidade, em uma única área, acima de seus pares, ela tem que ser considerada Superdotada. Aí eu pergunto, quando eu chego nos municípios, para ministrar palestras: cadê os meninos de vocês que tocam violão de ouvido? Cadê os meninos de vocês que fazem Teatro? Cadê as meninas de vocês que lideram? Isso são inteligências e hoje os professores não estão capacitados para reconhecer uma criança com Superdotação. E pior ainda, os professores não sabem que quem identifica a criança com Superdotação é o professor, não é o Psicólogo Clínico, Psicopedagogo ou Médico. É o Professor, porque todos os instrumentos e os testes que a gente aplica, são Pedagógicos. Então, existe essa desinformação. No Brasil, existe essa falta de informação e talvez também existe a falta de formação docente para receber esses alunos.

JS: Por que, na opinião da senhora, há um olhar mais benevolente da sociedade em relação aos portadores de Transtornos Diversos que os com Altas Habilidades ou Superdotados?

DAIANE HOFFMANN: Porque eles têm a errônea ideia de que Superdotado aprende sozinho. Tem a errônea ideia de que o Superdotado não precisa de ajuda. Ao contrário, (o Superdotado) precisa tanto quanto a criança com Deficiência. Temos alguns perfis dos Superdotados e na Literatura a gente vê isso, nos estudos, nas nossas pesquisas, que mostram que alguns apresentam as desregulações emocionais. Então nós temos adolescentes Superdotados que tem ansiedade, que tem depressão. Temos crianças Superdotadas que se isolam porque elas sabem que são diferentes. Elas se encontram diferentes, tem essa noção que são diferentes, e aí, na Superdotação, a gente fala muito do reconhecimento de pares, porque a Deficiência é visível. Você vê um menino com Autismo, às vezes, você vê uma criança Deficiente Visual, vê uma criança Deficiente Física ou um com Deficiência Múltipla, mas o Superdotado você não vê. Então, são crianças que são aquilo que a gente chama na Psicologia de Crianças Neurodiversas. O Superdotado tem Cérebro diferente, processa informações de forma diferente do que um sujeito Neurotípico, é uma criança atípica, é um adolescente atípico que é reconhecido por Lei e pela Literatura e pela Pesquisa como uma criança com Necessidade Educacional Especial.

JS: Como a senhora analisa o cenário brasileiro geral quanto à formação de Professores Especializados em Inclusão, como aqueles que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais e os que também trabalham com alunos com Altas Habilidades ou Superdotação?

DAIANE HOFFMANN: Eu costumo dizer, inclusive tenho um artigo publicado já há muitos anos em que eu digo que o primeiro diagnóstico é da Professora. Porque o Professor sabe que o menino tem alguma coisa, ele só não sabe o que é. Quem tem que dizer sou eu e os Especialistas. Mas o Professor sabe por que? Veja bem, o professor está ali, convive com a criança no dia a dia. Então existe um padrão de desenvolvimento infantil e esse padrão tem que ser seguido. Então Professor sabe que a criança deveria estar lendo e não está. Que a criança já deveria estar socializando e não está. Então o Diagnóstico Primário é do Professor mesmo.

JS: Então a senhora diria que os Professores já são capazes de identificar as características de crianças e adolescentes com Altas Habilidades ou Superdotação?

DAIANE HOFFMANN: Nós não temos. Esse é um déficit. A gente não tem aqui, não tem na Bahia. Tivemos a primeira turma do Brasil, com 50 Professores, formados por mim em um município da região de Guanambi, através do IF Baiano [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano]. E agora nós estamos também em Serra

do Ramalho. Nós estamos com a Segunda Turma do Estado da Bahia. É muito pouco, não é mesmo? Nós não temos mão de obra, não temos profissionais qualificados. E eu vou te falar, tem municípios em que os Professores não sabem nem o que é isso (Superdotação/Altas Habilidades), não sabem nem que essas crianças existem.

JS: Em um cenário onde o profissional da Educação é pouco valorizado, embora seja extremamente dedicado e comprometido, é possível imaginar que a qualidade do Ensino Inclusivo preconizada pela legislação vigente possa ser alcançada? Por que?

DAIANE HOFFMANN: Bom, em relação a essa questão da valorização do Professor, costumo dizer que quando você está na Inclusão, a Inclusão escolhe você. Tem coisas que está previsto na legislação. Por exemplo, a legislação diz que o Professor da sala de aula regular tem que adaptar a atividade para o aluno especial que está em sala de aula. Mas você acredita que ainda é uma luta, que tem Professor que não faz? Porque uma pessoa que tem um aluno especial na sala, mas que não faz isso e a Lei diz que ela tem obrigação de fazer isso. Está aí na Lei Federal dizendo que ele tem a obrigação de fazer isso. Então, entendo que independente da questão de reconhecimento financeiro ou não, a nossa responsabilidade enquanto pessoa, enquanto profissional no processo formativo de uma criança, não tem discussão. Não cabe uma discussão. Nós estamos falando de entrar numa sala de aula e formar pessoas. Nós estamos falando de um processo formativo que é para vida inteira. Então, em minha opinião, essa questão da valorização profissional não é uma discussão que deveríamos ter ainda, que existam profissionais que não fazem essa inclusão porque não tem valorização profissional. Eu acho que talvez isso ainda não seja uma realidade para nós.

JS: Ao longo da experiência na Educação, o que a senhora pode observar sobre a realidade da Educação Inclusiva, especificamente em municípios de médio e pequeno portes do interior?

DAIANE HOFFMANN: Veja bem, fizemos um levantamento. Vamos falar dos recursos financeiros. Ele existe, o município recebe dinheiro para dar suporte para essas crianças (Deficientes e Superdotadas /Altas Habilidades). O município recebe um recurso destinado a Educação Especial, para trabalhar com essas crianças. Então, veja bem, o que temos visto na nossa região são municípios que tem recursos para receber, que tem condição de atender melhor essas crianças, tem condição de capacitar profissionais, que tem condição de formar para oferecer cursos gratuitos para a Rede, condição de montar Núcleos de Atendimento, mas ainda não fazem. Eu falo que isso é (falta de) vontade político. Depende muito do gestor, da vontade política, do interesse e compromisso com a Educação. E lembrar que investindo em Educação Especial, o gestor municipal melhora a captação de recursos, melhora o Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica]. Porque quando a gente faz o diagnóstico de uma criança que está na sala, sem ler, sem escrever, sem desenvolver, obviamente ele deixa de fazer a Prova Brasil, que é o Índice que mede a qualidade da Educação Básica e serve para avaliar o rendimento das Escolas Públicas do País.. E, obviamente, o Índice não vai entrar dentro da porcentagem da sala de aula. Por quê? Porque, infelizmente, as Provas Brasil elas não vêm adaptadas para a criança com Deficiência. Isso aí já é uma coisa lamentável. Mesmo que o Governo disponibilize um profissional para ajudar a criança a fazer a prova, isso de nada adiantará, pois, o problema é a prova em si. O nível de compreensão e capacidade cognitiva desta prova é o de uma criança ou adolescente Neurotípico. A prova não é, de forma alguma, adaptada para alguém com Neurodivergência (especialmente em Nível Moderado/Grave) porque essa criança ou esse adolescente não tem a capacidade cognitiva necessária para a compreensão e interpretação dessas questões do modo ao qual elas são escritas e elaboradas. E isso prejudica o município, prejudica as redes municipais.

JS: A participação da família é importante para o desenvolvimento do aluno com Necessidades Especiais em Escolas Regulares?

DAIANE HOFFMANN: Bom, nós sempre temos três pilares: Escola, a Família e a Comunidade. Precisamos dessa parceria. Primeiro que essa criança quando chega para a Escola, ela já vem com um currículo (pessoal) oculto, já vem com o currículo de família. Se a gente não tiver a família do lado, nós, que somos Especialista, que somos a Escola, não vamos conseguir fazer um trabalho eficiente, o trabalho vai ficar meio, como vou dizer, incompleto. Tem famílias que dão tanto trabalho para gente (Professores) que às vezes a gente consegue resolver

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – REPORTAGEM ESPECIAL

as coisas só com as crianças. Mas é extremamente importante que a família esteja caminhando junto com a gente nesse processo, principalmente das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

JS: Qual deve ser, na opinião da senhora, a estratégia para aproximar a Escola da família de estudantes com Deficiência?

“

... eu tenho TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) Grave, e quando estou proferindo uma palestra, às vezes, quando termina, falo da minha condição e escuto: “Nossa, nem parece”. Quer dizer, é como se a pessoa com Transtorno ou com Deficiência não pudesse ser o que ela quisesse

”

JS: Quais as perspectivas a senhora enxerga para o futuro da Educação Inclusiva no Brasil, especificamente aqui na região?

DAIANE HOFFMANN: Sou muito otimista. As expectativas são positivas. Hoje há uma maior visibilidade das crianças com Transtornos, com Deficiências, com Superdotação, por isso, as perspectivas que temos são animadoras, temos visto cada vez mais pessoas com Deficiências sendo incluídas no contexto social. Me sinto gratificada, por exemplo, quando chego nos Supermercados e tem algum Deficiente trabalhando. Eu gosto quando chego nas Repartições Públicas e sou atendida por uma pessoa portadora de algum tipo de Deficiência. E isso é muito bom, porque a gente sai do capacitismo. Por exemplo, eu tenho TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) Grave, e quando estou proferindo uma palestra, às vezes, quando termina, falo da minha condição e escuto: “Nossa, nem parece”. Quer dizer, é como se a pessoa com Transtorno ou com Deficiência não pudesse ser o que ela quisesse. Então hoje eu vejo isso com olhar mais positivo. Eu acho que a gente avançou muito lentamente. A Educação Especial, nesses 20 anos que estou área – tenho vinte anos de Graduada e só atuei na Educação Especial Inclusiva - na região e no Brasil inteiro. Hoje a maioria das Escolas do Brasil já tem pelo menos um Projeto de Inclusão. Já tem uma Sala de Recursos, já tem um aluno com Deficiência, então isso é muito positivo. Eu vejo isso como um importante avanço.

JS: A senhora diria ser possível afirmar que estamos caminhando para ter uma nova geração a partir da Escola Inclusiva?

DAIANE HOFFMANN: Sim, eu acho que sim. Embora seja necessário ter mecanismos legais, Leis para garantir a equidade, porque veja bem, a gente trabalha com equidade, não com igualdade, porque a igualdade é quando você dá a mesma oportunidade para todas as pessoas e não é isso, porque o que eu preciso é uma coisa e o que você precisa é outra. Então, quando trabalhamos com o Princípio da Equidade, colocamos todas as pessoas em um mesmo processo. En-

DAIANE HOFFMANN: As estratégias começam pelo acolhimento as famílias e a integração das mesmas no processo de aprendizagem dos seus filhos. Quando a família se sente parte do processo de integração e desenvolvimento de autonomia de suas crianças elas acabam participando cada vez mais ativamente por meio do acolhimento, não só do aluno, mas da família desse aluno.

tão temos que pensar nesse Princípio de Equidade e não de Igualdade. Mas os avanços são muitos.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DANIELE HOFFMANN: Agradecer ao Jornal do Sudoeste, por abrir espaço para que pudéssemos falar sobre a Educação Inclusiva, os portadores de Transtornos e os Superdotados/Altas Habilidades. Por permitir que pudesse falar sobre a inclusão do Superdotado, porque eles são invisíveis. Eles estão aí nas Escolas Públicas, eles estão sendo invisíveis, muitos sendo rotulados como chatos, pedantes, Autistas. Então, é preciso lembrar que o Superdotado às vezes é confundido, porque o profissional que não conhece os sinais e sintomas da Superdotação, principalmente nas cidades pequenas, na primeira, segunda e terceira infância, acabam confundindo-os com o Autista. Importante lembrar que muitos Superdotados também são Autistas e muitos Autistas também são Superdotados. Aproveitar para mandar um beijo para nossa ONG de Caculé, onde nós vamos trabalhar com crianças Autistas e crianças Superdotadas. O nome da ONG é Amor de Mãe, Espectro na Excepcionalidade. Agradecer a quem está na militância, na Educação Especial Inclusiva. Nenhum a menos! Temos que fortalecer a nossa Educação Especial Inclusiva nas nossas Escolas Públicas, porque a nossa comunidade, que tem um poder aquisitivo menor, merece Educação de qualidade. E é por isso que temos que lutar todo dia. E é por isso que a temos que acreditar que é possível. Eu acredito que é possível! Eu acredito que é possível que a gente possa conviver com pessoas que são diferentes. São diferentes, mas não desiguais. Sou uma pessoa atípica também. Tenho TDAH Grave e também tenho Superdotação. Também tenho uma filha com Superdotação. E não é fácil, porque são sujeitos incompreendidos. São sujeitos que têm problemas sensoriais, tem problemas emocionais e a gente precisa quebrar isso. Então haverá um dia que a gente vai ter Deficientes e Superdotados, todo mundo dentro do mesmo contexto de Atendimento Especializado nas Escolas e vivenciando a inclusão de fato.

**DAIANE RIBEIRO TELES HOFFMANN**

Graduada em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Educacional, Orientação Educacional, Inspeção e Magistério das Séries Iniciais pela Universidade Estadual de Montes Claros; Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica pela Funorte - Faculdades Unidas do Norte de Minas; Doutoranda em Psicologia pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais - Uces Buenos Aires - Argentina. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento. Trabalha como Psicopedagoga Clínica no Núcleo de Educação Especial de Guajeru. Trabalhou como Psicopedagoga Clínica no Núcleo de Atendimento Educacional de Caculé – Bahia. Palestrante é Autora do Programa “A Invisibilidade de crianças e Adolescentes com AH/SD- Altas Habilidades/Superdotação no contexto do Sertão Baiano”.

EDUCAÇÃO –SUPERDOTAÇÃO/ALTAS HABILIDADES

Superdotação ou esforço? Especialista ensina a diferenciar

Segundo o Pós PhD em Neurociências, Dr. Fabiano de Abreu, muitas vezes os resultados positivos podem vir de estímulos e pressão dos pais, não necessariamente de Superdotação

FOTO ILUSTRATIVA DEPOSITPHOTOS



ADRIANA QUINTAIROS
ASCOM (MF PRESS GLOBAL)

mfp@pressmf.global

A Superdotação é uma condição caracterizada por maior potencialidade em talentos e habilidades acima da média, o que ainda é tido como uma característica que leva as crianças a um desempenho fora do comum, em especial, em alguns casos, nas atividades escolares.

Mas esse tipo de resultado, como explica o Pós PhD em Neurociências e Especialista em QI, Dr. Fabiano de Abreu Agrela, nem sempre pode ser explicado exclusivamente por um alto QI, mas também pode ser fruto de um esforço para suprir as expectativas dos pais.

“Quando uma criança se des-

taca bastante em uma determinada área, tira excelentes notas ou é bastante criativa logo vem à cabeça dos pais que a criança pode ser Superdotada e são feitos Testes de QI, mas isso pode surtir efeito contrário”.

“As habilidades fora da média podem ser uma tentativa dos filhos de atender às altas expec-

tativas dos pais, que acreditando que os filhos possuem talentos mais desenvolvidos, acabam os pressionando por resultados melhores, nesses casos um Teste de QI que descarte a possibilidade de Superdotação pode desencadear frustrações na criança, por isso é preciso ter bastante cuidado”, explica Dr. Fabiano.

COMO SABER SE MEU FILHO REALMENTE TEM SUPERDOTAÇÃO?

“Existem alguns sinais que podem indicar que seu filho realmente possui Altas Habilidades, como curiosidade aguçada, excelente memória, facilidade de aprendizado, raciocínio rápido, entre outros,

mas é importante observá-los no contexto e ao longo do tempo, não se basear em eventos isolados”, afirma Dr. Fabiano.

“Além disso, para ter certeza é preciso realizar um Teste de QI e

comparar o resultado com a média da idade da criança, mas em certos casos o Teste pode não ser uma boa opção, como dito, pois, um resultado negativo pode gerar desapontamento desnecessário

à criança, deve-se analisar caso a caso e considerar a possibilidade de realizar o Teste durante a adolescência ou até mesmo na idade adulta quando o Cérebro estará mais formatado”, esclarece.

EDUCAÇÃO – NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio sob a análise de professores que atuam na etapa final da Educação Básica na região

◆ **GABRIELA COSTA MATIAS**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Em junho de 2021, o Ministério da Educação, através da Portaria Ministerial nº 521/21, estabeleceu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. No documento, o Ministério da Educação estabeleceu que as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação, entre as quais a carga horária e a nova estrutura curricular, prevista na Lei Federal 13.415/2017. A Portaria Ministerial previa a implantação gradual, a partir de 2022, de forma progressiva, começando pelo 1º Ano do Ensino Médio e seguindo, neste ano, com os 1ª e 2ª Anos e, em 2024, concluindo o ciclo.

Desde a promulgação da Lei Federal 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, pelo então presidente da República Michel Temer (MDB), as mudanças vem sendo alvo de críticas crescentes de educadores e estudantes.

Pressionado, desde que foi instalado o Gabinete de Transição, em novembro do ano passado, o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vinha sinalizando a suspensão da implementação do Novo Ensino Médio, o que foi confirmado no último dia 8 de março, por meio da Portaria Ministerial nº 399, assinada pelo ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana. No documento, o Ministério da Educação determinou a suspensão por sessenta dias, a partir da conclusão da Consulta Pública, inicialmente prevista para ser concluída em 90 dias, para avaliação e possíveis alterações dos Artigos 4º, 5º, 6º e 7º, referentes a implementação de novas disciplinas a serem incluídas no Ensino Médio, que estejam alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, em conjunto Disciplinas, Oficinas e Núcleos de Ensino direcionados ao período letivo, além do cronograma alinhado aos materiais e recursos didáticos para o Novo Ensino Médio, e também a atualização das Áreas do Conhecimento que serão incluídas na avaliação do Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em entrevista ao JS, professores que lecionam no Ensino Médio de municípios do Sudoeste baiano, teceram suas considerações sobre o novo modelo de Ensino.

Em Vitória da Conquista, Josafá Ramos, Licenciado em História, com Especialização em Psicopedagogia e atualmente Graduando em Psicologia, é Professor há 24 anos e atualmente leciona no Centro Integrado de Educação Luiz Navarro de Brito (Cieb), unidade da rede pública estadual de Ensino, ao JS, apontou sua indignação com a proposta do Novo Ensino Médio. De acordo com o Professor, em avaliação ao Sistema Educacional aplicado até o momento e diante da proposta do novo modelo, não há melhorias efetivas. “Uma ideia que era muito boa e necessária (a modernização do Ensino Médio) foi desfigurada, de modo que o que restou, se aplicada, funcionará justamente da maneira inversa, pois simplesmente não tem lógica ou estrutura pedagógica organizada”, reforça.

O professor Josafá Ramos ressalta, ainda, o que chamou de desapareço dos agentes públicos envolvidos na formatação da proposta com os principais interessados, professores, estudantes e familiares dos alunos, que não foram ouvidos, contribuindo para que o resultado fosse uma proposta que não levou em conta a realidade socioeconômica de grande parte dos alunos do Ensino Médio. “Da forma como foi sancionada a Lei (que criou o Novo Ensino Médio) e a forma como pretendem que seja implantada, coloca o aluno durante nove horas por dia na Escola. Ideia

boa, se muitos de nossos estudantes, a imensa maioria, não fossem da classe trabalhadora e que precisem trabalhar por meio período, para ajudar suas famílias, a partir de seus 15, 16 anos de idade”, argumenta o Professor Josafá Ramos.



Josafá Ramos, Professor de História no Centro Integrado de Educação Básica, em Vitória da Conquista.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

EDUCAÇÃO – NOVO ENSINO MÉDIO

Identificar falhas na proposta do Novo Ensino Médio não é um caso isolado. No município de Poções, o Professor Célio Meira, Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Licenciado em Geografia e Sociologia, que atua há quase 30 anos como educador e leciona as duas disciplinas (Geografia e Sociologia) no Colégio Estadual Dr. Roberto Santos, esclarece em entrevista ao JS, os problemas em infraestrutura e preparo profissional, quanto ao Ensino Médio em Tempo Integral que já está em funcionamento na Instituição. “Nós não temos espaço na Escola para manter os alunos durante manhã e tarde. Então isso tudo acabou acarretando uma certa dificuldade para que nós (Professores) possamos lidar com essa nova proposta do Ensino Médio”, pontua.

Célio Meira ainda relata ao JS, críticas às mudanças na Grade Curricular, tornando os conteúdos dividido em Áreas do Conhecimento, que na visão dele é uma restrição do Ensino que vai, conseqüentemente, reduzir significativamente o aprendizado dos estudantes, além da falta de investimentos em capacitação dos educadores. “A Disciplina de Geografia, por exemplo, praticamente desapareceu (da Grade Curricular)”, diz. Segundo ele, pelo Novo Ensino, os alunos terão uma aula por semana (de Geografia) no primeiro ano e no segundo ano nenhuma. Apenas no 3º ano, reforça, os alunos terão aulas de Sociologia, que praticamente desapareceu do currículo. “Como eu vou formar o senso crítico do meu aluno?”, questiona. O educador reforça a necessidade de uma discussão ampla antes que a proposta seja efetivamente implantada. [...] Tem que haver uma discussão ampla, envolvendo a comunidade escolar, sobre as estruturas das Redes de Ensino, que não estavam preparadas para receber esse Novo Ensino Médio”, pondera.

Já Lucas Ramos Ruas, Professor há quase 10 anos, atualmente leciona a Disciplina de História no Colégio Estadual Daria Viana de Queiroz, em Barra do Choça, destaca ao JS, seu apoio a uma reforma no Ensino Médio, não a proposta pela Lei Federal 13.415/2017, mas uma que compreenda as constantes mudanças sociais que experimentamos e que permita incluir a rotina do aluno, como fator determinante no aprendizado. “O Ensino Convencional precisava passar por uma reformulação, que fosse capaz de introduzir as novas mudanças que estamos sofrendo na nossa sociedade contemporânea, visto a grande evasão dos estudantes dos últimos anos, principalmente por questões econômicas e estruturais do meio social”.

O Educador reforça as críticas quanto ao Novo Ensino Médio (Lei Federal 13.415/2017), em que há, em seu entendimento, o enxugamento no Ensino de Disciplinas da Educação Básica (Português, Matemática, História, Geografia, Sociologia, entre outras), interfere no aprendizado dos estudantes, em relação às novas Disciplinas presentes Na Grade Curricular, cuja implantação está suspensa pelo Ministério da Educação: “Se faz necessário que o modelo passe por uma reformulação dando uma maior credibilidade às Disciplinas de Base e que os Novos Itinerários que estão sendo implementados sejam enxugados sendo que muitos tem a mesmo objetivo, possuem as ementas muitos vezes parecidas”, argumenta.

Em Caculé, a Professora Maria Angélica Rocha, Doutora em Educação, Licenciada em Letras, que atua há mais de 30 anos como educadora e atualmente leciona no Colégio Estadual Norberto Fernandes, as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (Ensino Básico) e Cinecríticos (Novo Ensino Médio). Para ela, o impacto negativo sobre o novo modelo de Ensino, recai no desempenho dos estudantes, quando realizarem a prova do Enem: “O maior problema que vejo no Novo Ensino Médio, em relação a minha área de atuação (Língua Portuguesa e Literatura), foi a retirada da Disciplina de Redação do 3º ano. Não vejo possibilidade dos alunos fazerem um Enem satisfatório, sem estudarem essa matéria”, enfatiza.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Professor Dr. Célio Meira, titular das disciplinas de Geografia e Sociologia do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos, em Poções.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Lucas Ruas, professor em História, no Colégio Estadual Daria Viana Queiroz, em Barra do Choça

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Prof. Dr. Maria Angélica Rocha, professora em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Cinecríticos, no Colégio Estadual Norberto Fernandes em Caculé.

EDUCAÇÃO – NOVO ENSINO MÉDIO

Em Cândido Sales, o Professor Raniery Moreira, Licenciado em História e Pós-graduado em Sociologia, atua há 15 anos como educador e no momento leciona no Colégio Estadual de Cândido Sales, reforçou, em entrevista ao JS, a importância de avançar no debate, incluindo quem vivencia o Ensino, identificando o Novo Ensino Médio, em sua formatação atual, como uma precarização ao mercado de trabalho. “Acredito que implementação (do Novo Ensino Médio) tem como objetivo criar mão de obra barata a serviço do capital. Essa mão de obra surgirá principalmente de estudantes provenientes das Escolas Públicas. É importante salientar que não se constrói uma sociedade evoluída com material didático confuso e precário, não se pode em hipótese alguma, reduzir carga horária de matérias que formam cidadão crítico, por utopias copiadas de outras realidades”, sublinha.

Sob a análise dos Educadores ouvidos pelo JS, quanto a implementação do Novo Ensino Médio, resta evidente que a proposta, ao contrário do que foi pensada, ao invés de trazer benefícios e ampliação do conhecimento em Áreas Técnicas e Profissionais, que fundamentou o Projeto, gera na verdade, o enfraquecimento no Ensino da Educação Básica, em decorrência do aprendizado fragmentado, incapacitando os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho e ainda dificultando o resultado positivo em provas como o Enem, para acesso ao Ensino Superior.



Raniery Moreira, Professor de História no Colégio Estadual de Cândido Sales, em Cândido Sales.

JS

Credibilidade

Mais que uma conquista
Um voto de confiança
que renovamos todos
os dias nos últimos
25 anos ◆

OPINIÃO



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

O Estado e seus amantes

Muitas pessoas amam o Estado como uma forma de amor próprio. Os mais empolgados encarnam o objeto de seu amor e, amando o Estado, amam a si mesmos. Os demais possuídos por essa volúpia pensam que o Estado lhes pertence e o amam como a um bem próprio. Os dois grupos, por suas paixões, ferem o funcionamento das instituições.

A tragédia central dessa relação não é, de modo algum, o patrimonialismo nem a corrupção, nem a inanição fora do agasalho do Estado. A tragédia central é o controle da manifestação das opiniões, notadamente das opiniões políticas. Esse é sonho de consumo de quem, funcionalmente, se confunde e se funde com o Estado. Controlar o que os adversários podem dizer até a extinção total de seu sentido é o mecanismo preferido dos totalitarismos para se eternizarem no poder. Não é à toa que ditadura – usura do poder – rima com censura.

As ideias acima são pensamentos da noite de ontem (02/05) enquanto via defensores e opositores se digladiarem em prolongado contraditório. Os que a defendiam, não por acaso alinhados com a esquerda, viviam algo que para eles é o inferno da comunicação: não terem palavra ou chavão que lhes permitam controlar o discurso. Afinal, censura é censura e chamar uma lei de censura de “lei da liberdade, transparência e responsabilidade” dá um nó na língua e outro no cérebro. Sua rota de fuga era defender o combate à criminalidade: “Tem gente morrendo por falta dessa lei!”, diziam a todo instante, enquanto as máscaras caíam e eram pisoteadas no tapete do plenário.

Combate ao crime? Por parte de quem? Da turma do desencarceramento, do “prender não resolve”, do helicóptero devolvido ao André do Rap, da impunibilidade do “di menor”, do desarmamento, da liberação das drogas, do “polícia não sobe morro”, dos processos anulados por erro de CEP? Desde quando o combate ao crime virou prioridade de Estado num governo de esquerda? Quando foi que o topo do poder judiciário pisou no acelerador do combate à criminalidade objetiva com a energia e o dinamismo equivalentes aos usados para pôr tornozelas nas tias do zap e aos subjetivos “crimes” de fake news e discursos de ódio? Como podem punir o Google por defender editorialmente seus interesses “afetando a independência do Parlamento” e atravessar a rua e ir ao Congresso para ... fazer o quê, mesmo? E não perceberam a mesma conduta, pelo lado do governo, afetar a independência do Parlamento quando compra votos com emendas para tentar aprovar a Lei da Censura?

O que a sociedade tem visto, com louvores de muitos, sim, é a censura objetiva. Primeiro, já de longa data, como prática de direito uti possidetis esquerdista nos relevantes espaços da Educação e da Cultura, portas cerradas a toda divergência conservadora ou liberal, imediatamente rotulada de fascista e de extrema-direita. Depois, na diversidade de modos e casos testemunhados durante a recente campanha eleitoral.

Ontem, quiseram meus sentidos discernir um grito de independência ecoar no plenário da Câmara dos Deputados. Desconheço sua extensão, mas perchi no bulício do plenário um coro de fundo a entoar “Não passarão!”, palavras nem sempre decisivas, mas marcantes em momentos significativos da história do último século.

Espero que também as plataformas aprendam algo com a censura que quer agir contra elas. Algumas, com claro viés progressista, censuram com habitualidade seus usuários conservadores reduzindo-lhes a propagação ou jogando-os para detrás das cortinas do shadowban.

O PL 2630/2020 é PL da Censura, sim. Leis contra o crime são leis penais, de tipificação precisa, sem subjetividade e sem “veja bem, doutor”. Sua eficácia depende menos do rigor e muito mais da efetiva relação crime/aplicação da pena. O resto é censura, eterna volúpia dos amantes do Estado.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

Proativa
CONTABILIDADE

15 anos
Atendendo Brumado e Região!

(77) 9 8824 - 9163
(77) 3441 - 1405
@proativacontabil

COMPORTAMENTO

Assédio Infantil: sinais de alerta e medidas para proteger crianças na Escola e em casa

Psicopedagoga do Centro Universitário de Brasília recomenda medidas de prevenção e diálogo aberto para proteger crianças contra assédio

◆ **ASCOM – CEUB**
(AGÊNCIA MAQUINA COHN & WOLFE)

ceub@maquina.inf.br

Alvo de polêmica nas últimas semanas, o caso envolvendo o budista Dalai Lama reacendeu a discussão para prevenir e combater o assédio infantil. Essa é uma triste realidade em todo o mundo, sendo papel dos pais, educadores e da sociedade trabalhar para combater o problema. Para entender como identificar sinais de assédio, a Psicopedagoga do Centro Universitário de Brasília (Ceub) Ana Paula Barbosa defende estratégias de proteção dos pais para seus filhos.

Segundo Ana Paula, diversos sinais podem indicar que uma criança está sofrendo assédio, como mudanças de comportamento repentinas, regressão de atos que já não fazia mais (como fazer xixi na cama ou bater), entre outros comportamentos. A Especialista considera importante que os pais estejam atentos e aprendam a ouvir os sinais que vêm antes da fala ou grito de socorro da criança. "Muitas vezes, a criança desenha, fala ou até mesmo pede ajuda, mas os adultos demoram a perceber. Se a criança fala que não gosta de alguém ou não quer mais ir em algum lugar, é importante respeitar e validar essa fala", aponta.

Para prevenir o assédio infantil, a Psicopedagoga indica incluir o diálogo sobre Educação Sexual no contexto educacional e humano, sem tabus. Ana Paula Barbosa destaca a necessidade de ensinar às crianças o que é proteção, consentimento, o que é o seu corpo e o cuidado que se deve ter com ele. Um livro recomendado pela Especialista é "Pipo Fifi", de Caroline Arcari, que aborda de forma lúdica o tema do "toc do sim" e "toc do não".

Segundo a docente do Ceub, as Escolas têm um papel importante na prevenção do assédio infantil, utilizando recursos como bonecos, semáforos no corpinho, teatro e outras ações lúdicas para trabalhar o assunto desde a Educação Infantil. "Para garantir a segurança dos filhos na Escola, cabe aos pais cobrarem ações da Escola, como mais formação para os professores e direcionamento da coordenação para trabalhar assuntos que não são só conteúdos pedagógicos, mas também de proteção", reforça.

Barbosa defende ainda avançar no diálogo sobre a Educação Sexual de qualidade nas Escolas para que as crianças possam entender e esclarecer questões relacionadas ao corpo, livre de preconceito e tabus, incluindo o consentimento. "A falta de reflexão sobre a sexualidade humana pode provocar intolerância e violência, enfraquecendo o combate ao preconceito e ao abuso sexual infantil. A Educação Sexual, por outro lado, pode garantir o futuro e a saúde das nossas crianças", recomenda.

Denúncias tímidas

De acordo com levantamento divulgado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, três meninos ou meninas são abusados a cada hora no Brasil. Entre as vítimas, 51% têm entre um e cinco anos de idade. O relatório aponta ainda que 500 mil crianças e adolescentes são explorados sexualmente no país, mas somente 7,5% dos casos chegam a ser denunciados às autoridades, ou seja, estes números, na verdade, podem ser muito maiores.



FOTO: REPRODUÇÃO/INTERNET

O caso envolvendo o budista Dalai Lama reacendeu a discussão para prevenir e combater o assédio infantil.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Psicopedagoga Ana Paula Barbosa.

CIDADANIA – SÍNDROME DE DOWN

Mães relatam como é ter filho com Síndrome de Down

◆ **GABRIELA COSTA MATIAS**
jornalismo|@jornaldosudoeste.com

Um teste de gravidez positivo. Nove meses de expectativa e depois o nascimento. E, por fim, o diagnóstico: a criança tem a Síndrome de Down. E às vezes a descoberta acontece mais cedo, durante a gravidez. Receber o diagnóstico de que o filho tem Síndrome de Down pode causar insegurança e medo em muitas mães, mas, com o tempo, elas descobrem o quanto essas crianças são doces e entendem que, com amor e cuidado, podem levar uma vida relativamente normal.

A Síndrome de Down afeta 1 a cada 1000 nascidos vivos ao redor do globo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, estima-se que um bebê chegue ao mundo com essa Síndrome a cada 600 a 800 nascimentos, de acordo com o Ministério da Saúde. Ao contrário do que muitos pensam, não se trata de uma doença, mas de uma condição genética, em que, ao invés de possuir 46 Cromossomos, a célula conta com 47. Isso faz com que a criança com Down tenha características específicas, como os olhos amendoados e a língua protusa, que fica para fora. Esses indivíduos podem ter seu desenvolvimento físico e intelectual comprometido, mas com estímulo, interação e amor, eles são capazes de crescer normalmente.

Geralmente, as mães de portadores da Síndrome de Down se dividem em demonstrações imensas de amor, por parte dos filhos, mas também pelos olhares curiosos, e muitas vezes preconceituosos das pessoas. Se por um lado, lutam contra o preconceito, por outro, dizem aprender diariamente o verdadeiro significado do Amor. Ter um filho com Síndrome de Down é, como pontuou uma mãe em uma rede social: "Síndrome de Down é uma bela bênção!".

Veja abaixo, o relato de duas mães de adolescentes com Síndrome de Down:



Soraya Sá dos Santos

mãe da Ana Beatriz Sá Neri, 21 anos

"Eu tenho três filhos. Beatriz é a terceira filha, a mais nova. No dia em que ela nasceu, eles me mostraram rapidamente e a levaram logo lá para outra sala. Questionei o motivo de não estar com ela e fui avisada que a Pediatra foi examiná-la. No outro dia não me levaram minha filha, e a noite toda eu ouvi uma frase: "Deus não nos dá dificuldade alguma que nós não tenhamos força e condição de superar", dita por minha cunhada que é Enfermeira. E aí eu fiquei com aquela dúvida martelando a cabeça. Perguntei ao meu marido se tinha alguma coisa errada? Ele dizia que não, que estava tudo bem. Nesta noite foi quando a Pediatra veio conversar conosco. Eu já estava bem angustiada quando ela falou que a característica da criança era da Síndrome de Down. Naquele momento o meu mundo desabou. Choramos muito, mas hoje eu entendo que foi por nós, como sociedade, construirmos a ideia daquele que deve ser os padrões do ser humano. Os padrões estabelecidos no desenvolvimento mental, cognitivo e da aparência física, que escraviza o ser humano e não o deixa ver que é um ser criado por Deus, em suas diversidades, iguais a todo mundo, independente de

ser Down, Autista, Cadeirante, Surdo, Mudo ou não ter limitação nenhuma. Todos eles vão adotar sentimentos e emoções. Nós pedimos orientação a Pediatra e ali começou a nossa experiência de amor que me transformou como ser humano e resSignificou a nossa visão de ser, em relação ao outro. Começamos a dar todo o suporte para ela e ela nos retribuiu com tanto amor. Beatriz nos ensina que o que importa nessa vida, mais do que ganhar sozinho, é ajudar os outros a vencer".



Geisa de Fátima Oliveira Barros

mãe da Raiane Letícia Oliveira Barros, 18 anos

"Minha gestação dos três filhos, Renério, Renato e Raiane Letícia, foi tranquila, tudo correu bem, graças a Deus, e na hora do parto de Raiane, a caçula, foi quando eu descobri que ela tinha a Síndrome de Down. E no momento que eu recebi a notícia foi no Centro Cirúrgico. Mais tarde o médico veio no meu quarto confirmar, eu levei um susto muito grande, porque o médico veio me dar a notícia como se ela não tivesse probabilidade de vida, não fosse viver. E a partir daí começamos com a estimulação Psicomotora Precoce, Fisioterapia e Fonoterapia, tudo que eu precisava fazer para desenvolvê-la. Eu conversava com ela mostrando tudo que tinha na rua, por exemplo. Já havia feito isso com meus outros dois filhos, então com ela não foi diferente. E aí, graças a Deus, ela foi desenvolvendo, foi crescendo. Com 1 ano e 6 meses, ela começou a falar as primeiras palavrinhas, pequenos balbucios. A

fala completa foi a partir dos 2 anos, com a Fonoaudióloga. E passamos a trabalhar junto com um grupo de pais, mães e amigos e formamos a Associação Conquista Down. Atualmente, de forma presencial, fazemos atividades com o grupo Fala Down na Uesb, que consiste em encontros dos jovens a cada oito dias, além de atividades on-line. Então, eles têm a capacidade de ser alguém e de desenvolver e o que precisam é ter oportunidades".

CIDADANIA – SÍNDROME DE DOWN

A inclusão de crianças com síndrome de down é possível, por isso, o diagnóstico e intervenção precoces são fundamentais, diz neuropediatra

◆ GABRIELA OLIVEIRA DE JESUS
jornalismo@jornaldosudoeste.com

A Síndrome de Down ou Trissomia do Cromossomo 21, é uma alteração genética causada por uma divisão celular atípica durante a divisão embrionária. Sendo assim, as pessoas diagnosticadas com a Síndrome, em vez de dois Cromossomos no par 21, possuem três. Com uma causa ainda desconhecida, essas alterações provocadas pelo excesso de material genético no Cromossomo 21, causam alterações físicas e intelectuais como olhos oblíquos semelhantes aos dos orientais, rosto arredondado e orelhas pequenas; Hipotonia: diminuição do tônus muscular, que faz com que o bebê seja menos rígido e contribui para dificuldades motoras, de mastigação e deglutição, atraso na articulação da fala e, em 50% dos casos, problemas do Coração; mãos menores com dedos mais curtos e prega palmar única em cerca de metade dos casos.

Os portadores de Down também apresentam predisposição à Obesidade e a Doenças Endócrinas, como o Diabetes e problemas como o Hipotireoidismo; cerca de 5% dos portadores têm problemas gastrointestinais; a articulação do pescoço pode apresentar certa instabilidade e provocar problemas nos nervos por compressão da Medula; podem apresentar também Deficiências Auditiva e de Visão podem estar presentes; eles apresentam também maior risco de infecções principalmente as Otites, Infecções de Ouvido e Leucemias;

A incidência da Síndrome de Down é de 1 para cada 700 a 800 nascidos vivos, podendo ser diagnosticada durante a gestação, por meio do Ultrassom Morfológico Fetal que avalia a Translucência Nucal, realizado entre 11 e 14 semanas. Mas o diagnóstico só pode ser confirmado pelos Exames de Amniocentese e amostragem das Vilosidades Coriônicas. Após o nascimento, o diagnóstico clínico de síndrome de Down é comprovado pelo Exame do Cariótipo que é o estudo dos Cromossomos.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Médica Neuropediatra Maira Katarine Franco da Mota

Para trazer maiores esclarecimentos sobre a Síndrome de Down, o JS conversou com a Neuropediatra Maira Katarine Franco da Mota, que ressaltou a importância de diagnosticar e acompanhar desde cedo os bebês diagnosticados com exames diversos para que sejam identificadas precocemente quaisquer anormalidades que diminuem a qualidade de vida desses pacientes.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDESTE: O que é a Síndrome de Down? O que causa?

CIDADANIA – SÍNDROME DE DOWN

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: A Síndrome de Down é a primeira causa genética de Deficiência Cognitiva no mundo. Sendo responsável de 8 a 10% dos diagnósticos de Deficiência Intelectual. Ela tem incidência de 1 para cada 700 a 800 nascidos vivos. E é responsável por 2/3 das alterações vistas, observadas no Exame do Cariótipo.

JS: Quais são as principais características da Síndrome de Down?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Bom. O quadro clínico da Síndrome de Down é bem variável, para todos os casos ele tem algum grau de deficiência intelectual, que pode variar de uma Deficiência Intelectual bastante leve até uma Deficiência Intelectual Grave. Além disso eles podem ter uma Hipotonia Muscular, que é bastante comum; alterações Fenotípicas, como mãos com os dedos curtos, a prega da mão em número menor, a chamada Prega Simiesca, a dobra da pálpebra mais oblíqua, pode ter a base do nariz mais achatado, pode apresentar características da Cabeça Braquicefálicas, ou seja, cabeça mais achatada. Mas além disso, eles também podem vir com Malformação Cardíaca, Malformação do Trato Gastrointestinal, Malformação do Trato Urinário também.

JS: Como reagem as famílias quando recebem a notícia de que um filho nasceu com Síndrome de Down?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Geralmente a família reage com tristeza. Não era o que eles esperavam. Os casais em geral aguardam um filho perfeito. Hoje tem o Exame da Translucência Nucal que é feito por volta do 5º mês de gestação. Então, muitos diagnósticos de Síndrome de Down hoje estão sendo dados já Intraúteros, já na época da gestação. O que é bom, porque há um preparo para essa família receber essa criança ao nascimento. Outras vezes não, outras vezes o Exame não mostrou, ou essa gestante não fez o exame e só vai receber esse diagnóstico nos primeiros meses de vida. Então, geralmente há uma negação inicial do diagnóstico, uma revolta, uma tristeza, que precisa ser bem conduzida pelo profissional de Saúde e pela Rede de Apoio dessa família.

JS: Qual o risco de a Síndrome de Down repetir-se em outro filho do casal?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Bom, a gente então precisa entender a forma clínica, as características clínicas e os graus. Na Síndrome de Down, o erro genético mais comum é a Trissomia, que vai ser cerca de 95% dos casos. Esse erro ocorre na fecundação, onde vai um Cromossomo a mais, que vai se localizar no Cromossomo 21. Mas também pode ter a Síndrome de Down por outros dois tipos de erros genéticos: um é o Mosaicismo, onde no estudo genético se observa que parte das células tem o Cariótipo normal e partes têm o Cariótipo alterado com a Trissomia. Nos casos de Mosaicismo, os sintomas clínicos vão ser bem mais leves, além disso ainda tem um erro mais raro ainda que é o de Translocação, que é quando o bebê recebe de um dos pais um "pedaço", uma parte a mais que termina aderida ao Cromossomo 21. E por que é importante saber isso? Porque nessas duas heranças genéticas mais raras existe um risco de recorrência. Então, na Trissomia, por um erro aleatório é raro a recorrência, mas na Translocação e no Mosaicismo é fundamental a investigação diagnóstica, porque em caso de uma outra gestação pode vir uma outra criança também com Síndrome de Down.

JS: A Síndrome de Down impede a pessoa de ter uma vida normal?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Olha, a Síndrome de Down vai variar do grau de comprometimento de um indivíduo para o outro. Então, a gente vai ter pessoas com um grau de perda cognitiva leve que pode ter uma vida praticamente normal, mas a gente também vai ter indivíduos com grau de perda cognitiva grave que vai precisar de um apoio de terceiros para atividades da vida diária e de forma contínua.

JS: Como é feito o diagnóstico?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Primeiro é feita uma suspeita clínica. Então, a partir das alterações observadas pelo médico na criança, é feita a suspeita. A partir disso, é necessário, é fundamental que haja a confirmação genética. Então, só falando um pouco desse exame que é usado para a confirmação genética, que é o Cariótipo. O primeiro estudo que mapeou os Cromossomos Humanos foi o de Tijo e Levan, em 1956. O número de Cromossomos do ser humano é 46. Sendo 44 Autossômicos que tanto os homens quanto as mulheres têm em comum, e dois Sexuais que podem ser o XX ou XY. A partir dessa investigação inicial, foi se desenvolvendo um estudo do Cariótipo. O estudo do Cariótipo vai mostrar o que a gente chama de Aneuploidia, que é um número a mais de Cromossomo, no Cromossomo 21. Então, caracteristicamente, o Cariótipo da pessoa com Down vai mostrar uma Trissomia do par 21.



Então, se eu tenho uma criança que recebe o diagnóstico e rapidamente ela é colocada na estimulação global precoce, na intervenção precoce, com Fisioterapeuta, com Fonoaudiólogo, óbvio que ela vai evoluir melhor do que uma criança que vai começar o tratamento com dois ou três anos de idade, quando ela já atrasou o seu desenvolvimento.



JS: Evidentemente que deve haver enormes variações individuais, mas seria possível estabelecer uma comparação genérica entre a evolução das crianças com Down e a evolução de crianças sem a Síndrome na primeira infância?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: O desenvolvimento varia em grau. Então eu posso ter uma criança com Down, inclusive com as características físicas, a face, as mãozinhas, os dedinhos de Down, mas que tem um desenvolvimento Neuropsicomotor parecido com o de uma criança sem o diagnóstico. Por outro lado, eu também vou ter crianças com Síndrome de Down com um comprometimento muito maior, atrasando mais a fala, a parte motora, o engatinhar, o sentar, ou ficar de pé e andar. Então, em geral todos tem um grau de atraso dos marcos do desenvolvimento em relação às crianças normais, mas esse grau vai variar por questões genéticas, por questões biológicas e individuais de cada um. E também aquilo que a gente pode mudar que é a intervenção precoce. Então, se eu tenho uma criança que recebe o diagnóstico e rapidamente ela é colocada na estimulação global precoce, na intervenção precoce, com Fisioterapeuta, com Fonoaudiólogo, óbvio que ela vai evoluir melhor do que uma criança que vai começar o tratamento com dois ou três anos de idade, quando ela já atrasou o seu desenvolvimento.

JS: Há problemas de Saúde que as pessoas com Síndrome de Down estão mais predispostas?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Sim, como eu falei, além dessas malformações que podem vir associadas a Síndrome de Down, como a Má Formação Cardíaca, as pessoas com Down têm maior propensão há algumas situações de saúde, por exemplo, por serem mais Hipo

CIDADANIA – SÍNDROME DE DOWN

tônicas, elas tendem a fazer mais Hérnias Umbilicais, Hérnias Inguinais do que pessoas sem diagnóstico. Existem estudos também mostrando que elas têm maior facilidade para ter alterações da imunidade e alguns Cânceres. Então, a gente sabe que eles têm uma predisposição maior para desenvolver as Leucemias. E já nos adultos, podem apresentar envelhecimento precoce, a partir dos 25 anos de idade, e apresentam também uma propensão a Demência Precoce. E quem trabalha com essa população tem que ter em mente esses dados para fazer um acompanhamento adequado e prevenção.

JS: A senhora diria que ainda existe muito preconceito?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: A meu ver melhorou bastante. Eu acho que nos últimos 20 anos melhorou muito. E como a Síndrome de Down, das situações de Deficiência Intelectual é a mais conhecida, a mais comum, eu vejo que talvez o preconceito seja menor, as pessoas conhecem mais. Todas as famílias tem alguém, ou na própria família tem alguém, um familiar ou alguém conhecido que tem Down. Então, eu acho que em relação a outros Transtornos do Desenvolvimento o Down é melhor aceito do que outros Transtornos.

JS: Como mudar essa situação?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Ao meu ver, para se lutar contra o preconceito, só com Educação. A mesma coisa, em todas as situações precisa haver a divulgação das informações para as famílias, para os Pediatras, para os Professores, nas grandes mídias.

JS: As crianças com Síndrome de Down precisam de acompanhamento especializado? Quais são esses acompanhamentos?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: A primeira questão é a importância da investigação genética. Como eu falei, no Down temos três formas de herança genética. Primeiro aspecto é que é preciso fazer o Cariótipo dessa pessoa. O ideal é que essa criança passe com um Geneticista para fazer uma avaliação adequada, com um Neuropediatra também. E que seja definido o tipo de erro genético que levou a Trissomia para que esses pais recebam o aconselhamento, inclusive ao risco de nova gestação. Se há risco de uma outra criança, de uma outra gestação com Síndrome de Down. Se é um risco relevante, alto ou não. Esse é um primeiro ponto. É necessário acompanhamento Psicológico dos pais, orientação. É fundamental o papel da família, a rede de apoio acolhendo esses pais, principalmente nesse primeiro momento. E também temos as Terapias, o acompanhamento médico. E o uso de medicação, em geral, não é comum, mas em algumas situações pode haver a necessidade.



Não cabe mais, não se aceita mais em nossa sociedade as Escolas Especiais para a criança com Down. Em geral eles são afetivos, eles não são tão difíceis de conviver. Eles têm uma Deficiência Intelectual, mas em geral, eles se adaptam, quando bem conduzidos na inclusão escolar.



JS: Na opinião da senhora, crianças com Síndrome de Down devem frequentar Escolas normais ou o recomendado é que sejam direcionadas para Unidades Especiais?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Não cabe mais, não se aceita mais em nossa sociedade as Escolas Especiais para a criança com Down. Em geral eles são afetivos, eles não são tão difíceis de conviver. Eles têm uma Deficiência Intelectual, mas em geral, eles se adaptam, quando bem conduzidos na inclusão escolar. Então, ao meu ver, a Escola Especial não é bem indicada nessa situação. Acho que nem nunca e nem sempre. Então, vejo que em algumas situações especiais de pacientes mais graves, muito agressivos, pode haver a necessidade de uma Escola Especial. Não é que eu descarte isso, mas eu não vejo, não cabe nessa situação da criança e adolescente com Down.

JS: As Escolas, públicas ou privadas, estão preparadas para receber crianças com Síndrome de Down?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Eu acho que estão no caminho, que varia de Escola para Escola, varia de profissional para profissional. Têm profissionais que são mais abertos, mais receptivos, que buscam se aprimorar mais, se atualizar. E também tem, lógico, Instituições que apoiam esses profissionais e Instituições que não apoiam e entra sempre a questão governamental. É fundamental que o Governo apoie a Escola, a Educação como um todo.

JS: Pessoas com Síndrome de Down podem ter filhos? Eles (os filhos) também terão essa condição? Por quê?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Em geral, a menina é fértil, ela pode engravidar. E o menino geralmente é infértil, ele não faz fertilização. Então, pode acontecer realmente dois indivíduos com Down ou um com Down e o outro não, de haver a gestação, só que é considerada uma gestação de alto risco. E a chance de nascer também com Síndrome de Down ou outra Síndrome é bastante elevada. Alguns estudos falam em 50% ou mais de chances.

JS: A senhora vê com otimismo o futuro do tratamento e o acompanhamento da Síndrome de Down?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Sim, vejo. Vejo porque hoje a gente já está observando pessoas entrando em Faculdades ou pessoas que não entraram numa Faculdade, mas já tem uma atividade com autonomia, recebendo o seu salário, tendo independência, tendo independência na locomoção pela cidade, pessoas com Down que conseguiram morar sozinhas. Então eu acho que tem sim evoluído para melhor.

JS: Qual mensagem a senhora gostaria de deixar para os pais e familiares de pessoas, especificamente de crianças com Síndrome de Down e para a sociedade em geral?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Eu gostaria de citar dois aspectos. Um é lembrar sempre a importância da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). O tratamento vai variar sempre de pessoa para pessoa, sendo fundamental as ações das Apaes. No Brasil, a primeira Apae foi criada no Rio de Janeiro, em 1954, por dois diplomatas americanos, Beatrice e George Bemis, que trabalhando aqui, perceberam a carência de locais para o atendimento do seu filho portador de Deficiência Intelectual. Então eles criaram a Apae. E eu acho muito bonito esse exemplo, porque mostra mais uma vez como é importante o engajamento da família na Saúde Mental. Outro aspecto também é que agora nós temos em Vitória da Conquista dois locais realizando o Atendimento e Avaliação Genética. Nós levamos muitos anos sem ter acesso a isso, a Dra. Fernanda Vasconcellos, que está atendendo na Clínica Sonesb e na Clínica Pró DNA, fazendo um trabalho muito bonito e muito bacana. E foi algo muito buscado, muito difícil de se obter, porque antes, no interior da Bahia, a gente não tinha Geneticista para fazer o atendimento dessa população.

JS: A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa?

DRA. MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA: Não, acredito que já foi dito tudo!

CIDADANIA – SINDROME DE DOWN

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



MAIRA KATARINE FRANCO DA MOTA

Neuropediatria

Atende:

Clínica Sonesb – Sociedade de Neurocirurgia do Sul da Bahia - Vitória da Conquista
(77) 3424-3303

Clínica Oncomasto - Jequié.
(73) 98205-8998

Graduada em Medicina, com especialização em Neuropediatria pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Medicina e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (UFBa), Mestre em Medicina e Saúde pela UFBa, com área de concentração em Neurociências. Foi Professora Titular das Faculdades Jorge Amado e Médica/Professora da Residência Médica do Hospital Geral Roberto Santos durante quatro anos.

VOCÊ NO JS.

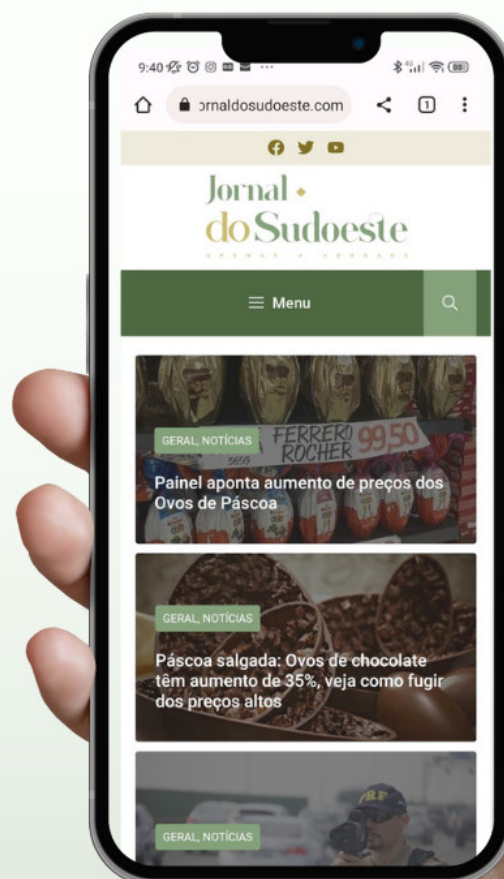
**Envie sugestões de
pautas, fotos, vídeos
para nossa Redação**

Escaneie o Código



77-998725389

www.jornaldosudoeste.com



CIDADANIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), ensina sobre atenção e cuidados com o equilíbrio do corpo humano

◆ **GABRIELA COSTA MATIAS**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Imagine um mundo em que ver, ouvir e sentir, pode ser ampliado ou reduzido e provoca sensibilidade em níveis baixos, médios ou altos, levando a uma infinidade de respostas corporais, entre elas, a irritabilidade e a introversão. Assim vivem as pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Distúrbio do Neurodesenvolvimento causado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados.

Segundo a Neuropediatra Maira Katarine Franco da Mota, o Transtorno do Espectro Autista é um Distúrbio do Neurodesenvolvimento da criança onde algo acontece já de forma congênita, que há um impedimento, uma alteração que, conseqüentemente, vai levar a uma alteração do desenvolvimento, principalmente relacionada à comunicação. Além de modificações cerebrais. A principal forma para identificar o Autismo, começa ainda quando criança, com a atenção por parte dos cuidadores aos comportamentos desde a primeira fase de vida, de 0 a 3 anos.

Segundo a Neuropediatra, pacientes com Autismo apresentam diferentes graus de suporte. Há décadas atrás, o Autismo era tratado como grau leve, moderado, grave e severo. Hoje em dia, é utilizado os termos de grau de maior necessidade, média necessidade e menor necessidade de suporte. "Então, a gente teria um grau leve, onde a pessoa teria uma autonomia maior, autonomia no sentido da escola, no sentido do trabalho, no sentido do transporte, da locomoção. E a gente teria o grave com a maior dependência de terceiros, ou seja, pessoas que vão necessitar a vida toda de um apoio, suporte familiar para se locomover, para sair, para frequentar uma escola, as atividades da vida diária, para fazer sua própria higiene", pontua a médica.

Em 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 02 de abril, como o Dia Mundial de Conscientização Sobre Autismo, como maneira de trazer conhecimento e visibilidade às pessoas que convivem com o TEA. De acordo com o

Ministério da Saúde, depois de ser definido o diagnóstico clínico, iniciar o tratamento precoce com estímulos comportamentais, possibilita melhores resultados a longo prazo, considerando o nível do TEA que foi identificado na criança. Uma ferramenta essencial para a cobrança de garantias sobre os direitos às pessoas Autistas, em Saúde, Educação, Mobilidade, Segurança e Trabalho, é a Lei Federal nº 12.764, de 12 de dezembro de 2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana).

Maira Katarine explica que não existe uma causa específica para o desenvolvimento do Autismo, "o Autismo é multifatorial. Então, a gente tem causas ambientais como, por exemplo, problemas no Pré-natal, doenças no Pré-natal. Muito comumente, por exemplo, Hipertensão durante a gravidez, o uso de algumas drogas durante a gravidez pode levar ao Autismo, problemas de parto e também fatores genéticos. Então, hoje em dia tem se desenvolvido muito a Neurogenética e a gente observa que nos casos de Autismo, a grande maioria tem alguma causa genética".

Um benefício que há pouco mais de 3 anos, foi liberado, é a criação gratuita da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), por meio da Lei Federal nº 13.977 de 8 de janeiro de 2020 (Lei Romeo Mion), que permite o acesso gratuito ao transporte coletivo, atendimento preferencial em espaços públicos e privados, em Saúde, Educação e Assistência Social.

A Neuropediatra Maira Katarine Franco da Mota, ressalta a importância não só do diagnóstico precoce, mas também que o paciente tenha condições de realizar o tratamento não só com as medicações, mas com as terapias, atendimento com Fonoaudiólogo e Psicólogos. Segundo ela, o acesso a essas Terapias tem melhorado, inclusive pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos benefícios que amparam esses pacientes é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. E é devido a esses indivíduos após a avaliação médica pericial pelo INSS.

Outro benefício muito importante para as famílias de baixa renda que tenham filhos Autistas é o Tratamento Fora do Domicílio (TFD), um benefício que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) podem receber, com o objetivo de prestar Assistência Integral à Saúde, incluindo o acesso de pacientes re-



FOTO: GABRIELA OLIVEIRA

Neuropediatra Maira Katarine Franco da Mota

CIDADANIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA

sidentes em um determinado Estado a serviços assistenciais localizados em municípios do mesmo Estado ou de Estados diferentes, quando esgotados todos os meios de tratamento e/ou realização de exame auxiliar ou diagnóstico terapêutico no local de residência (Município/Estado) do paciente e desde que o local indicado possua o tratamento mais adequado à resolução de seu problema ou haja condições de cura total ou parcial.

A respeito do TFD em nossa região, a Neurologista pontua que "é um dever do município oferecer o acesso ao transporte para as famílias trazerem suas crianças ao centro, ou seja, até Vitória da Conquista, para serem atendidas. Então, isso todo município tem sim que oferecer, isso é um direito do cidadão. Existe verba para isso também. Reconhecida a nível federal. Então as famílias têm que buscar esse direito para poder conseguir trazer suas crianças à terapia, ao médico, ao tratamento necessário. Outro aspecto é que a gente precisa fortalecer o acesso às Terapias", disse a médica.

O Caminho Azul é construído por muitas mãos: cada passo, uma descoberta

A cor azul, para o Autismo, simboliza a maior frequência de casos diagnosticados em meninos do que em meninas. Sendo assim, o percurso que familiares e cuidadores seguem a partir do diagnóstico, é um Caminho Azul: com a necessidade de iluminar os pensamentos e alcançar o melhor desenvolvimento para a criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Profissionais como Psicólogos, Pedagogos, Fonoaudiólogos, Fisioterapeutas e Educadores Físicos, fazem parte da equipe que leva o Autista ao seu melhor desenvolvimento físico e psicológico, dentro de uma rede apoio em conjunto com familiares, no intuito de ser envolvido socialmente, em direção contrária ao preconceito.

Esse apoio é encontrado por mães de Autistas, na Associação Conquistense para Atendimento Especializado à Pessoa Autista (Acaepa). Em entrevista ao JS, a presidente e fundadora da Associação, Vitória Aparecida Sales de Araújo, relata que a Acaepa surgiu em 2017, sob a necessidade identificada por ela, em conseguir tratamento para o seu filho, em Serviços de Saúde públicos ou privados, no momento em que foi diagnosticado com TEA aos 4 anos de idade. Hoje, a Associação atende Autistas da infância até a fase adulta. Atualmente são 25 pessoas com TEA, entre 2 e 27 anos, que são acompanhadas na Acaepa.

De acordo com Vitória Aparecida, são sete profissionais que trabalham em uma espécie de semi voluntariado, recebendo apenas uma ajuda de custo, financiada com recursos de doações recebidas na Acaepa, sendo o ambiente destinado ao desenvolvimento das atividades a residência da presidente da Associação, que foi dividida na área externa para cada especialidade. A equipe é formada por Psicólogas, Psicopedagogas, Pedagogas, Monitoras e uma Professora de Judô. "A gente trabalha a interação social e ainda desperta a compreensão da negativa ao não, através do judô, que é o não saber perder e também a resistência ao toque. Assim como o trabalho da Pedagoga, ela desenvolve muito a atividade de vida diária, estimula a comunicação. Então a gente simula muito essa comunicação aqui através de todas as Terapias, reforça Vitória Aparecida.

Além da Acaepa, no município de Vitória da Conquista, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) também atende pessoas com Autismo e outros tipos de Transtornos e Síndromes de forma gratuita.

Ao JS, a Fonoaudióloga Maria Clara Maia explicou como funciona o Protocolo para casos de pacientes com o Transtorno do Espectro Autista que chegam a Associação, para serem encaminhados ao atendimento a partir da equipe multifuncional: "Fazemos uma Anamnese, uma entrevista com os familiares. Depois que a gente faz a avaliação da criança, vai olhar como é essa criança, na fala, no comportamento e nas estruturas corporais. Finalmente, fazemos a avaliação e a partir dessa análise traçamos um objetivo para trabalhar no desenvolvimento do paciente", aponta.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Vitória Aparecida Sales de Araújo presidente da Associação Conquistense para Atendimento Especializado à Pessoa Autista.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Parte do espaço para socialização das crianças e jovens autistas na Acaepa.

ÁGIL

CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

End.: Av. Jesiel Norberto, 367 - Candeias

Tel.: (77) 3424-6429

Vitória da Conquista - BA

CIDADANIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA

A Fonoaudióloga destaca ainda que é feita uma análise comportamental da criança Autista para encaminhamento do tratamento social efetivado na Apae. “As Estereotípias, que são movimentos repetitivos, corporais, como se fosse tiques nervosos, contato ocular, as vocalizações, repetições da fala, atraso na linguagem, deficiência intelectual, que são os sinais que trazem dificuldade de aprendizado, todos eles estão dentro dos sinais Autistas”, diz, acrescentando que os atendimentos acontecem em grupo e são desenvolvidos por toda equipe multidisciplinar, utilizando recursos múltiplos, como brincadeiras e equipamentos lúdicos.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Maria Clara Maia, fonoaudióloga que integra a equipe multidisciplinar da APAE.

FOTO: GABRIELA OLIVEIRA



Paula Cristina Farias e Juliana Santos, Psicólogas que fazem parte da equipe multidisciplinar da Apae.

A Psicóloga Paula Cristina Farias, Especialista em Atendimento Psicossocial, destacou que sua atuação, em conjunto com outros profissionais na Apae para atendimento a portadores do Transtorno do Espectro Autista, é totalmente voltada para a socialização do indivíduo: “A gente trabalha com pequenos grupos, na interação social deles e com a autonomia deles”. Já a Psicóloga Juliana Santos, em processo de Especialização em Neuropsicologia, que trabalha na Associação há pouco mais de 1 mês, pontua que sua experiência nos cuidados com os Autistas transformou a sua percepção profissional. “É um trabalho desafiador, é o processo de conhecer as crianças, formar os vínculos, mas com tempo, você percebe como se comporta cada criança, quem interage melhor com quem e forma os grupos”, destaca.

FOTO: GABRIELA MATIAS



Juliana Santos (Psicóloga), Andréia Nascimento (Fisioterapeuta), Railton Júnior (Educador Físico), Paula Cristina Farias (Psicóloga) e Maria Clara Maia (Fonoaudióloga), integrantes da equipe multidisciplinar da Apae.

Na Associação de pais e Amigos dos Excepcionais são atendidas crianças e jovens em três espaços: no desenvolvimento social, a partir do tratamento por meio do SUS, na Escola e no mercado de trabalho, e o acompanhamento, começa no momento em que os pequenos chegam na Entidade e se estende até a sua vida adulta. Para o ingressar pessoas com TEA, por meio da Associação, no mercado formal de trabalho, alguns fatores, como o Nível do Autismo, precisam ser levados em conta, além e sobretudo, da busca de Empresa dispostas a firmar parceria com a Entidade para a efetivação do trabalhador.

CIDADANIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA

FOTO: GABRIELA MATIAS



Marlene Maria Almeida, Assistente Social da APAE.

Sobre a inserção dos portadores do TEA no mercado formal de trabalho, a Assistente Social da Apae, Marlene Maria Almeida, lembra que por terem um comprometimento das áreas de interação social, comunicação e pelo comportamento restrito e repetitivo, os Autistas, muitas vezes, não são os profissionais que o mercado, cada dia mais competitivo, exige. No entanto, reforça, os Autistas, apesar de apresentarem algumas incompatibilidades, em contrapartida têm características que os tornam bastante atrativos para algumas áreas do mercado de trabalho, como organização, concentração em atividades que lhes agradam e a facilidade em manter uma rotina. Nesse sentido, pontua a Assistente Social, na Apae são realizadas Oficinas de Capacitação, nas quais esses pontos são potencializados. “Desenvolvemos Oficinas de Capacitação e, a partir desse trabalho avaliamos as habilidades de cada um de acordo com a solicitação de Empresas que disponibilizam vagas para Pessoas com Deficiência, para que possamos então inseri-los no mercado de trabalho”.

Educar é etapa plena para a socialização

Em Vitória da Conquista, existem Escolas Públicas que acompanham crianças, jovens e adultos com Autismo, a partir do Sistema de Educação Convencional, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é a Mediação Pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades ou Superdotação, público da Educação Especial, devendo a sua oferta constar do Projeto Pedagógico da Escola. Uma das Unidades da rede pública municipal de Ensino que promovem o acompanhamento aos Autistas é a Escola Municipal Frei Serafim do Amparo, no Bairro Vila Serrana II/ Zabelê, que atende crianças a partir dos 7 anos, até jovens com 20 anos, estes últimos por meio do Ensino para Jovens e Adultos (EJA).

Ao JS, a Pedagoga do Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Frei Serafim do Amparo, Dilma do Carmo Brito, aponta que o AEE é um importante avanço na luta pelo direito à Educação Inclusiva e de Qualidade para todos, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem na classe comum aos alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação, por meio da oferta de diferentes serviços e recursos. A Pedagoga reforça que por ser complementar ao Projeto Pedagógico da Instituição, o Atendimento Educacional Especializado acontece no turno oposto com como ferramenta para complementação da formação do aluno, de forma a atender suas especificidades individuais, visando a sua autonomia e independência na Escola e na sociedade e servindo como apoio pedagógico para o professor do Ensino Comum.

Já na rede pública estadual de Ensino de Vitória da Conquista, o Atendimento Educacional Especializado é disponibilizado no Colégio Estadual Abdias Menezes, no Bairro Candeias. Na Instituição de Ensino, segundo a Psicopedagoga Zuzeane Dias, são atendidos adolescentes e jovens e o acompanhamento é definido para cada um individualmente: “No dia a dia, o trabalho é desenvolvido com jogos, atividades adaptadas de acordo a idade e as necessidades específicas de cada um, estimulando sempre as habilidades já adquiridas, assim como novas”, pontua.

A Psicopedagoga Zuzeane ressalta ainda a importância da qualificação dos profissionais que atuam na Educação Inclusiva, considerando o papel fundamental que exerce na Escola e o desafio de construir e colocar em prática um Projeto Pedagógico que atenda as especificidades de cada aluno. “Importante salientar que todo profissional que se disponibilize a trabalhar com a pessoa com Transtorno do Espectro Autista deve estar investindo sempre em formações que o possibilite fazer a diferença na vida desse indivíduo, respeitando suas particularidades e avançando na conquista de sua autonomia”.

Em Barra do Choça, as dificuldades são evidentes em comparação ao acompanhamento educacional para crianças com Autismo em Vitória Conquista. No Centro Municipal de Educação Infantil Sheilla Teixeira Oliveira, no Bairro Bela Vista, que atende crianças em todos os níveis de Transtorno do espectro Autista, na faixa etária entre 2 e 5 anos, as principais dificuldades, os desafios e as barreiras diárias enfrentadas pelos professores para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), esbarra na falta de capacitação, de conhecimento das características do TEA.

É o que revelou ao JS, a Pedagoga Suelene Freire, que compõe a equipe que acompanha crianças diagnosticadas com Autismo, apontando que as dificuldades no primeiro contato com as crianças estão muito mais relacionadas à falta de capacitação dos profissionais que com as especificidades de cada aluno.

“O primeiro contato (com o aluno portador do TEA) é muito difícil, pois nós (professores) não temos uma formação ou conhecimento

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Zuzeane Dias, Psicopedagoga em Atendimento Educacional Especializado (AEE), no Colégio Estadual Abdias Menezes.

CIDADANIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA

suficientes para atender, entender e ajudar as crianças com TEA, visto que cada criança com Autismo é diferente da outra, possui necessidades diferentes, sintomas diferentes e requer cuidados específicos. Nós trabalhamos com Projeto e todas as crianças são incluídas em todas as atividades, cada uma com o grau de participação que tem condição de oferecer”, sublinhou.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Suelene Freire, Pedagoga no Centro Municipal de Educação Infantil Sheilla Teixeira Oliveira, em Barra do Choça.

Para a Pedagoga barrachocense, os desafios percebidos na Educação Infantil no município, especificamente o atendimento de alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista, estão ligados a rotina da criança e às pessoas que a envolvem - pais e demais cuidadores - quando não há o diagnóstico do Autismo por não aceitação ou falta de compreensão sobre o Transtorno, o que ainda, segundo Especialista é uma situação “normal”, mas que se prolongada, pode ser muito prejudicial, principalmente porque as crianças precisam de pais que saibam entender e responder às suas necessidades. Essa situação, recorrente, tem sido desafiadora para os professores envolvidos na Educação Inclusiva, que somada à falta de capacitação, exige uma dedicação maior. Lidar com a desinformação e mitos de familiares e com o desconhecimento de técnicas que poderiam tornar a missão menos desgastante, tem sido, reforça a pedagoga, o desafio diário enfrentado pelos profissionais da Educação envolvidos no atendimento a crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista em Barra do Choça.

Segundo a pedagoga Suelene Freire, os professores envolvidos no atendimento a crianças portadoras do TEA enfrentam o que chamou de “uma batalha diária”, uma vez que o trabalho exige, acima de tudo, “estudo, pesquisa, carinho, atenção e paciência”. Esse desafio, reforça a Pedagoga, é mais fácil de ser enfrentado, mesmo que o professor não tenha formação específica, quando a criança tem apoio familiar. “Quando encontramos uma família que aceita a situação de sua criança e busca Terapias alternativas, podemos desenvolver um excelente trabalho com as crianças Neurotípicas”, conclui.

COLABOROU GABRIELA OLIVEIRA DE JESUS
JORNALISMO@JORNALDOSUDOESTE.COM



Certificado Digital SPC

Adquira já o seu!



Seja um **ASSOCIADO(A)**
e construa um comércio
de **Brumado** mais forte!



ic 177-9.9812-8485

CIDADANIA – ALEITAMENTO MATERNO

Profissionais do Hospital Esaú Matos recebem capacitação para promoção, proteção e apoio à Amamentação

FOTO: SECOM PMVC



Palestra para os profissionais.

SECOM/PMVC

secom@pmvc.ba.gov.br

O Aleitamento Materno é um processo natural, no entanto, precisa ser estimulado e apoiado, especialmente pelos profissionais de Saúde. Pensando nisso, o Banco de Leite Humano (BLH) do Hospital Municipal Esaú Matos vem capacitando os profissionais que atuam na Unidade sobre as normas e rotinas de apoio e incentivo à Amamentação.

A capacitação foi dividida em dois momentos. O primeiro foi voltado para profissionais da Área Clínica, como Médicos e Enfermeiros, que participaram de um Curso Teórico Virtual, além de aulas práticas e visitas ao Banco de Leite. “Com essa capacitação, estamos mantendo o Corpo Clínico do Hospital atualizado quanto ao Manejo Clínico do Aleitamento Materno, garantindo a formação necessária para que eles possam auxiliar da melhor forma possível mulheres, crianças e suas famílias no estabelecimento e na manutenção da Amamentação”, afirmou Orlanda Barreira, Coordenadora do Banco de Leite Humano.



Orientação quanto à pega correta.



Equipe visitando o Banco de Leite Humano.

Ainda de acordo com a Coordenadora, é muito importante que esses profissionais sejam capacitados, para que eles informem às gestantes e puérperas sobre os benefícios do Aleitamento Materno para a saúde da criança, ensinem a posição correta para Amamentação, observem a pega e a mamada para que tenham condições de fazer as intervenções necessárias que garantam o Aleitamento Materno.

Já o segundo momento da capacitação foi voltado para os demais profissionais que atuam no Hospital, como Porteiros, Recepcionistas e equipe de Serviços Gerais. “Essa é uma oportunidade para que todos os funcionários do Esaú Matos conheçam a Política Nacional de Aleitamento Materno, que instituiu os 10 passos para o sucesso da Amamentação, e também as ações que precisamos seguir para promover, proteger e apoiar o Aleitamento Materno exclusivo aos primeiros seis meses de vida da criança”, destacou Tamyla Andrade, Bioquímica do Banco de Leite, que conduziu as palestras para os funcionários.

CIÊNCIA

Cientistas baianas descobrem que abelhas sem ferrão podem melhorar produção de morango

FOTO: DIVULGAÇÃO SECTI/GOVBA



◆ ASCOM – SECTI/GOVBA

<https://www.bahia.ba.gov.br/>

O morango é versátil e muito utilizado na culinária mundial. Além disso, o índice calórico da fruta é baixo, com 100 gramas contendo 40 calorias. Na produção, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil é o líder na América do Sul. Seu cultivo chega a ocupar o equivalente a cinco mil campos de futebol. Diante da importância econômica do morango, as Engenheiras Agrônomas Priscila Miranda e Zilda Cristina, orientadas por Raquel Pérez e Aldenise Alves, desenvolveram uma pesquisa, realizada no município de Barra do Choça, sobre como as abelhas sem ferrão podem melhorar o plantio da fruta.

A ideia surgiu após as Pesquisadoras identificarem a ausência de estudos sobre o uso das abelhas no cultivo de morango. “As avaliações dos benefícios promovidos pelas visitas de abelhas sem ferrão são frequentes, pois elas costumam ser encontradas nas flores de culturas agrícolas facilmente manejadas e possuem baixa ou nenhuma agressividade. Porém, há uma escassez de estudos em propriedades comerciais em campo aberto, sem estufas. Desse modo, a ideia do Projeto foi promover respostas a essa carência de trabalhos e pesquisas”, diz Priscila Miranda.

De acordo com Priscila, os morangos foram avaliados em dois momentos. Primeiro, em condição natural de plantio, depois com a introdução das abelhas das espécies conhecidas como Iraí e Jataí. “Tudo indica que a cultura do morango se beneficia com o serviço ecossistêmico prestado pelas abelhas Iraí e Jataí, o que possibilita a recomendação de manejo destas duas espécies de abelhas sem ferrão para suplementação da polinização em áreas de cultivo aberto, que possam apresentar algum déficit de polinização, bem como a melhor estação do ano que possa se beneficiar com os serviços das abelhas”.

O Projeto conta com o apoio da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Sítio Muritiba, sob comando da produtora Sorlange Gomes. Priscila explica que o próximo passo da pesquisa é divulgar as conclusões do trabalho. “Tornar os resultados acessíveis aos produtores, pesquisadores e técnicos, através de publicações de artigos científicos, manuais técnicos e palestras, demonstrando os impactos dos polinizadores sobre a qualidade dos frutos. Isso pode auxiliar em pesquisas futuras como, por exemplo, nos trabalhos de melhoramento genético”.